



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA  
PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO AGROPECUÁRIA DE ANGOLA (MOSAP3)  
Projecto Nº177305

## **PLANO DE ENVOLVIMENTAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E ENVOLVIDAS (PEPI)**

Março de 2022

## LISTA DE ABREVIATURAS

A&S	Ambiental e Social
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
BM	Banco Mundial
CRA	Constituição da República de Angola
CRL	Centro Regional de Liderança
CRR	Comissões de Resoluções de Reclamações
DASS	Directrizes Ambientais de Saúde e Segurança
EA	Especialista de Aquisições
EAS/AS	Exploração, Abuso Sexual/ Assédio Sexual
ECAs	Escolas de Campo
EEA	Estação Experimental Agrícola
EIA	Estudo de Impacte Ambiental
EMA	Especialista em Monitorização e Avaliação
EN	Especialista Nacional
EPI	Equipamento de Protecção Individual
ESAS	Especialista em Salvaguardas Ambientais e Sociais
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GBM	Grupo do Banco Mundial
GoA	Governo de Angola
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IFAD/FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IIA	Instituto de Investigação Agraria
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MAT	Ministério da Administração do Território
MCTA	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente
MED	Ministério da Educação

MEP	Ministério da Economia e Planeamento
M & A	Monitorização e Avaliação
MINAGRIP	Ministério de Agricultura e Pescas
MINDCOM	Ministério da Indústria e Comércio
MINEA	Ministério de Energia e Água
MINFIN	Ministério das Finanças
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MINJUSDH	Ministério da Justiça e Direitos Humanos
MINOPOT	Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território
MIP	Maneio Integrado de Pragas
MINSA	Ministério da Saúde
MOSAP	Projecto de Agricultura e Comercialização de Pequenos Agricultores Orientados para o Mercado de Angola
MRR	Mecanismo de Resolução de Reclamações
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OCB	Organizações Comunitária de Base
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAPs	Pessoas Afectadas pelo Projecto
PAR	Plano de Acção do Reassentamento
PB	Políticas do Banco
PDAC	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PMP	Plano de Maneio de Pragas

PO	Políticas Operacionais
PRMS	Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPGE	Quadro de Política de Grupos Etnolinguísticos
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
TdR	Termos de Referência
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
VBG	Violência Baseada em Género

## **ÍNDICE GERAL**

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO</b> .....	<b>2</b>
<b>2. QUADRO LEGAL PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b>	<b>11</b>
<b>2.1 QUADRO LEGAL NACIONAL</b> .....	<b>11</b>
<b>2.2 NORMAS DO BANCO MUNDIAL</b> .....	<b>14</b>
<b>2.3 RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E AS NORMA DO BANCO MUNDIAL</b> .....	<b>15</b>
<b>3. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b> .....	<b>16</b>
<b>4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS</b>	<b>22</b>
<b>4.1 DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>23</b>
<b>4.2 INDÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS</b> .....	<b>29</b>
<b>4.3 ANÁLISE DAS PESSOAS AFECTADAS E INTERESSADAS IDENTIFICADAS</b> .....	<b>31</b>
<b>4.4 NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO</b> .....	<b>38</b>
<b>5. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b> .....	<b>43</b>
<b>5.1 PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA</b> .....	<b>43</b>
<b>5.2 PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA</b> .....	<b>45</b>
<b>5.3 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS</b> .....	<b>46</b>
<b>5.3.1 Considerações Sobre Género nos Processos de Consulta</b> .....	<b>46</b>
<b>5.4 ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS</b> .....	<b>62</b>
<b>5.5 APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO</b> .....	<b>63</b>
<b>5.6 FASES FUTURAS DO PROJECTO</b> .....	<b>64</b>
<b>6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI</b> .....	<b>65</b>
<b>6.1 RECURSOS HUMANOS</b> .....	<b>65</b>
<b>6.2 RECURSOS FINANCEIROS</b> .....	<b>67</b>
<b>7. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES</b> .....	<b>68</b>
<b>7.1 DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS DE RECLAMAÇÕES</b> .....	<b>68</b>
<b>7.2 INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO</b> .....	<b>69</b>
<b>7.3 O MRR E OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ASSOCIADOS</b> .....	<b>70</b>
<b>7.4 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES AO NÍVEL DAS COMUNIDADES</b> .....	<b>71</b>
<b>7.4.1 Canais Específicos, ao Nível Comunitário, Para Lidar com as Questões Sociais e Género</b> .....	<b>74</b>

<b>7.5 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES AO NÍVEL DO PROJETO</b> .....	<b>72</b>
<b>7.6 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES AO NÍVEL JUDICIÁRIO</b> .....	<b>73</b>
<b>8. MONITORIA E RELATÓRIOS</b> .....	<b>76</b>
<b>8.1 ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA</b> .....	<b>80</b>
<b>8.2 RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS</b> .....	<b>81</b>
<b>9. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>83</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>85</b>
<b>ANEXO 1: MODELO DE FICHA DE REGISTO DE /RECLAMAÇÕES USADO NO ÂMBITO DO PROJECTO</b> .....	<b>86</b>
<b>ANEXO 2: FORMULÁRIO DA CONFIRMAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES</b> .....	<b>90</b>
<b>ANEXO 3: ACTAS DAS REUNÕES DAS CONSULTAS</b> .....	<b>92</b>

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1: PROVÍNCIAS ABRANGIDAS NO PROJECTO</b> .....	<b>4</b>
<b>FIGURA 2: PROVÍNCIAS DO PROJECTO COM INTERVENÇÃO NA COMPONENTE 2</b> .....	<b>ERROR!</b>
<b>BOOKMARK NOT DEFINED.</b>	

## **ÍNDICE DE TABELAS**

<b>TABELA 1: PRINCIPAIS COMPONENTES E SUBCOMPONENTES DO PROJECTO</b> .....	<b>5</b>
<b>TABELA 2: APRESENTA A LISTA DAS CONSULTAS PUBLICAS EFECTUADAS.</b> .....	<b>18</b>
<b>TABELA 3: PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS PELO PROJECTO</b> .....	<b>25</b>
<b>TABELA 4: FORMAS DE ENGAJAMENTO</b> .....	<b>31</b>
<b>TABELA 5: ANALISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS PELO PROJECTO</b> .....	<b>33</b>
<b>TABELA 6: RESUMO DAS NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO</b> ....	<b>39</b>
<b>TABELA 7: ESTRATÉGIA PARA ENVOLVER OS GRUPOS VULNERÁVEIS</b> .....	<b>47</b>
<b>TABELA 8: ESTRATÉGIA DE RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES</b> .....	<b>50</b>
<b>TABELA 9: ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES</b> .....	<b>56</b>
<b>TABELA 10: RESPONSABILIDADES NA GESTÃO DO PEPI</b> .....	<b>65</b>
<b>TABELA 11: ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PEPI</b> .....	<b>67</b>
<b>TABELA 12: INDICADORES DE MONITORIA</b> .....	<b>78</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Angola é um dos países com maior potencial agrícola, ocupando a 16ª posição no ranking mundial, dispondo de mais de 40 milhões de hectares de terras aráveis, abundantes recursos hídricos, e energia solar radiante ao longo de todo o ano. Devido às condições favoráveis em boa parte do território, é possível realizar uma colheita anual sob regime de chuvas (sequeiro) e 2,5 colheitas anuais em projetos com regadio. O sector agrícola (agricultura, silvicultura, pecuária e pesca) contribui com cerca de 6,3% do PIB e 53% do emprego total, e estima-se que as mulheres contribuem com 70 por cento da mão-de-obra agrícola (FAO, 2021).

A agricultura tem sofrido uma forte modernização com um grande aumento da produção e da produtividade nos últimos 50 anos em quase todo o mundo. Porém, o longo período de guerra, o tempo gasto na remoção de minas terrestres e o processo de reorganização do território rural, contribuíram para manter a agricultura de Angola à margem do processo de modernização. Entre os vários factores que têm contribuído para retardar o crescimento do sector pode-se destacar a dificuldade de acesso às novas tecnologias de produção para além da baixa formação e capacitação dos técnicos e produtores rurais na utilização destas tecnologias.

Angola, através do seu Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, definiu uma estratégia central que visa alcançar a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias angolanas, a redução das desigualdades e da pobreza, a promoção da desconcentração e da descentralização territorial, a criação de condições que dinamizem o estímulo da cidadania activa e da participação na vida democrática, a valorização da capacidade empreendedora e da inovação e a criação de emprego, como condições essenciais para o desenvolvimento económico sustentável, diversificado e inclusivo.

Globalmente, vivemos um cenário em que governos e agricultores enfrentam novos desafios relacionados com a qualidade e quantidade de água devido ao rápido crescimento da população, urbanização e poluição, alterações climáticas e o impacto da variabilidade climática nos recursos hídricos e, devido à crescente competição intersectorial pela água.

Resultado dessas alterações, Angola tem enfrentado nos últimos anos o impacto dos fenómenos de seca, outrora identificados apenas na região sul, mas que já se alastram para o resto do país, situação que poderá aumentar o número de pessoas vulneráveis à insegurança alimentar. Além dos fenómenos climáticos, alguns factores tais como a gestão deficiente dos pontos de água nas zonas rurais, inexistência de uma rede de monitorização, baixa capacidade técnica de recursos humanos diferenciados e a ausência de um Plano de Resposta à Emergências, têm aumentado a fragilidade do país de fazer face a todos esses desafios.

Diante disso, o Governo de Angola (GoA), actualmente, está a elaborar o Projecto de Transformação Agropecuária de Angola, MOSAP3, que se encontra sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pescas (MINAGRIP), com o objectivo de aumentar a produtividade e a resiliência climática, bem como promover a comercialização para pequenos agricultores nas áreas seleccionadas do projecto. O projecto aproveitará a experiência adquirida na implementação do projecto MOSAP 1 e 2 e apoiará uma série

de subprojectos, a serem identificados no leque das actividades das componentes do projecto.

Nesta fase de preparação, os mutuários definiram um programa de actividades e intervenções para o projecto ou, ainda, uma série de subprojectos propostos, de modo a atender às principais demandas identificadas, mas ainda de forma geral, sem avançar no detalhe exacto das áreas específicas de intervenção. O envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas (PIAs) é uma das actividades que deve ser levada a cabo durante todo o ciclo de vida do projecto, começando durante o processo de preparação, selecção, implementação e operação do projecto e dentro de um prazo que possibilite consultas relevantes às PIAs sobre a concepção do projecto.

Desta forma, estabelece-se a necessidade de preparação do Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) de forma inclusiva, para responder à Norma Ambiental e Social (NAS 10) do Banco Mundial e da legislação nacional sobre participação pública. O PEPI visa descrever o calendário e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projecto. Irá igualmente descrever todo o leque de informação a ser comunicada, bem como os respectivos prazos, às partes afectadas pelo projecto e outras partes interessadas, e também o tipo de informação que se quer receber das PIAs.

O plano será adaptado para ter em conta as principais características e interesses das PIAs, e os diferentes níveis de envolvimento e consulta que serão apropriados para diferentes PIAs, definirá como a comunicação será tratada em toda a preparação e implementação do projecto. O PEPI apresenta as medidas usadas para remover os obstáculos à participação e como os pontos de vista dos diferentes grupos afetados serão considerados. Onde aplicável, o plano incluirá medidas diferenciadas para permitir a participação efetiva dos indivíduos identificados como desfavorecidos ou vulneráveis. Para que os diferentes grupos afectados possam obter as informações necessárias sobre as questões que potencialmente os afectarão, poderão ser necessárias abordagens específicas e um aumento da quantidade de recursos.

## **1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO**

A agricultura é essencial para promover o desenvolvimento nacional e a diversificação económica e, para que o seu potencial seja explorado, é preciso aumentar significativamente a produtividade, fortalecer a resiliência climática e alinhar os incentivos do mercado. Embora a produção agrícola tenha aumentado nos últimos anos, os rendimentos da cultura permanecem muito baixos em comparação com outros países da região. Para aumentar os rendimentos e a produção de culturas através da intensificação sustentável através da utilização de tecnologias e práticas de agricultura inteligente climática (CSA), e melhor gestão, exigirá apoiar os agricultores na adopção de tais práticas e tecnologias de CSA, práticas agrícolas modernas, realizando o desenvolvimento participativo e aumentando a área sob irrigação, entre outras intervenções.

No presente capítulo será efectuada uma descrição e caracterização sumária do projecto, indicando as componentes, objectivos, fase do ciclo do projecto e principais trabalhos associados a cada fase ou ciclo de projecto que possam gerar impactos e /ou riscos.

Será ainda apresentada a avaliação ambiental e social, avaliação das capacidades institucionais e apresentação quadro por parte do mutuário previsto para a implementação do projecto, que poderá minimizar a principal debilidade apontada pela avaliação ambiental e social, considerando o grau de risco ambiental e social como substancial.

O MOSAP 3 foi concebido para abordar três constrangimentos críticos ao desenvolvimento agrícola em Angola. Em primeiro lugar, visa aumentar a capacidade institucional da agricultura por meio de programas de treinamento, tanto no âmbito nacional quanto nas áreas do projecto. Em segundo lugar, é projectado para aumentar de forma sustentável a produção e a produtividade, incluindo o acesso a melhores tecnologias de produção, serviços de extensão, irrigação e contribuição de produtividade (sementes melhoradas, fertilizantes, etc.) e práticas de gestão. E por último, os gargalos críticos ao longo da cadeia de valor agroalimentar, particularmente para adição de valor pós-colheita e vínculos de mercado.

O Projecto aumentará o escopo geográfico do MOSAP 2 de três províncias a uma cobertura nacional. Construindo as lições aprendidas de MOSAP 2, o projecto enfatiza fortemente a capacitação, o desenvolvimento institucional, o apoio ao investimento para os pequenos agricultores e a sustentabilidade, fortalecendo a capacidade do MINAGRIP para serviços de extensão e informações de mercado da MINAGRIP. Assim como, na construção das lições aprendidas, irá trazer as considerações de nutrição e alimentos, bem como práticas de agricultura inteligente climática (CSA) no projecto através de investimentos em actividades nutricionais, e quanto mais eficiente uso de recursos hídricos, promoção das técnicas de conservação de solos, e gestão integrado de recursos naturais.

A estratégia de implementação do Projecto é baseada numa abordagem em fases, a fim de sequenciar a implementação com base nas prioridades, nível de complexidade técnica e celeridade para implementação. Durante a primeira fase de implementação (anos 1-2), o Projecto concentrar-se-á, principalmente, em adoptar uma abordagem simples de implementar e intervenções escaláveis para apoiar a resposta do MINAGRIP, apoiando a finalização dos estudos e Projectos técnicos mais complexos para os maiores investimentos em infraestrutura e AT. Durante a segunda fase (anos 2 a 5), o Projecto apoiará a execução das actividades das componentes nas províncias abrangidas. Ao longo do ciclo de implementação do Projecto (anos 1-5), o Projecto apoiará os esforços de fortalecimento institucional, bem como o desenvolvimento socioeconómico, incluindo acções para enfrentar a Violência Baseada no Género (VBG) nas áreas de intervenção.

### ***Localização da Área do Projecto***

O projecto vai executar as necessidades de aumento da produtividade e resiliência climática, bem como a promoção da comercialização para pequenos agricultores nas áreas seleccionadas do projecto. O projecto apoiará o alargamento do âmbito geográfico do MOSAP2 de três províncias para uma cobertura nacional. A Figura 1 apresenta as províncias abrangidas pelo MOSAP 3, isto é, o projecto tem uma escala nacional.

**Figura 1:** Províncias abrangidas no Projecto



### ***Beneficiários do Projecto***

De acordo com o INE (2021), estima-se que Angola tem uma população total de 32 milhões.. Os principais beneficiários do projecto serão cerca de 200.000 pequenos agricultores nas áreas de intervenção do projecto, dos quais pelo menos 30% serão mulheres. Estes pequenos agricultores são definidos como aqueles que estão envolvidos em sistemas agrícolas únicos ou mistos envolvendo a produção de culturas, pecuárias, pastorícia e aquicultura. Além disso, o projecto fortalecerá a capacidade do pessoal nas instituições nacionais e provinciais que trabalham em agricultura e pecuária, bem como do sector privado e das ONGs do sector.

### ***Objectivo Componentes do Projecto***

O Projecto tem quatro componentes que se resumem em:

**Tabela 1:** Principais componentes e subcomponentes do projecto

COMPONENTES	SUBCOMPONENTES	FINANCIAMENTO (USD)	OBJECTIVOS/ACTIVIDADES
Componente 1: Capacitação e Desenvolvimento Institucional.	NA	US\$ 100 milhões	O objectivo desta componente é fortalecer as instituições envolvidas no desenvolvimento da agropecuária familiar, pequenos produtores e organizações de agricultores (incluindo organizações de mulheres), cooperativas, organizações não governamentais (ONGs), agências governamentais, prestadores de serviços (como serviços de extensão), e sector privado. Espera-se que um total de 200,000 pequenos agricultores beneficiem desta componente, dos quais 30% mulheres.
	Fortalecimento da capacidade dos pequenos agricultores.	TBD	<p>O objectivo desta subcomponente é fortalecer as habilidades técnicas, institucionais, gestão e marketing dos beneficiários directos por meio da abordagem Escolas de Campo (ECAs), baseada na experiência bem-sucedida do MOSAP 1 e 2,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• .</li> <li>• O fortalecimento dos conhecimentos e habilidades dos agricultores e pecuaristas em áreas como produtividade, práticas e tecnologias agropecuárias sensíveis ao clima e nutrição, estratégias e habilidades de marketing, finanças agrícolas e pecuárias, e produtos de gestão de risco, gestão pós-colheita e agregação de valor, cadeias de valor,</li> </ul>

			<p>conscientização nutricional e práticas e responsividade de gênero em sistemas agrícolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O fortalecimento das habilidades de alfabetização funcional e numeramento dos produtores, bem como a capacidade das famílias de adotar a produção de alimentos nutritivos por meio de cultivos biofortificados, hortas e apicultura (tecnologias de produção sem terra, pequenos estoques comunitários de água para irrigação, captação de água, tecnologias de irrigação, poços, etc.) e infra-estrutura de processamento doméstico de pequena escala (conservação de alimentos, processamento, secagem, armazenamento - solar/eólica).</li> <li>• O desenvolvimento e fortalecimento dos canais existentes de comunicação, informação e apoio para ajudar as pessoas vulneráveis a ter acesso a alimentos ou mercados de alimentos em caso de emergências e surtos de pandemia (por exemplo, COVID-19).</li> </ul>
	Fortalecimento da Capacidade Institucional das	TBD	O objectivo deste subcomponente é fortalecer a capacidade institucional do MINAGRIP nos níveis nacional e descentralizado, de modo a fornecer os serviços

	<p>Unidades Locais, Provinciais e Nacionais do MINAGRIP e Capacitação das Organizações Não Governamentais</p>		<p>necessários para os investimentos implementados no âmbito do projecto. A subcomponente financiará assistência técnica nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação técnica e profissional do MINAGRIP através de (i) formação e certificação de técnicos extensionistas nas áreas de agricultura e pecuária, durante a vigência do projecto, na modalidade de estágios profissionais e remunerados pelo projecto, e (ii) formação de especialistas (pós-graduação e/ou mestrados) em quadros de assistência directa ou indirecta ao sector agropecuário, como por exemplo, zootecnia, sociologia rural, hidráulica, engenharia de irrigação, estatísticas agrícolas, extensão rural, agronegócio, salvaguardas ambientais e sociais, monitoria e avaliação, aquisições, etc.</li> <li>• Reabilitação de infraestruturas do MINAGRIP (por exemplo os Centros de Formação, Centros de Extensão Agraria e Veterinária, e outras infraestruturas seleccionadas), indispensáveis para o funcionamento do IDA e do Instituto de Serviços Veterinários (ISV) que são instituições chaves para o projecto.</li> <li>• Promover a coordenação e parcerias entre o MINAGRIP e outras agências e instituições nacionais, regionais e internacionais relevantes (por exemplo, agências climáticas e hidrológicas, e de protecção civil), e fortalecer habilidades do MINAGRIP para desenvolver serviços de informação agroclimática direccionados, monitoria de pragas e doenças, sistemas</li> </ul>
--	---	--	---

			<p>de resposta, controle de qualidade de sementes, melhorar as praticas de manejo de plantações e pastagens, monitoria da saúde do solo, conservação e utilização dos recursos fitogenéticos, promoção dos sistemas de biotecnologia e biossegurança, reforço das ações do Comité Nacional de Proteção Civil, e Criação do Sistema de Alerta Rápido.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência técnica ao MINAGRIP para desenvolvimento de programas de subsídios inteligentes (por exemplo: (i) sistema de registro Nacional de Transformação Agropecuária (RNTA), (ii) programas de colecta e divulgação de dados sobre produção agropecuária, preços e informações de mercado, (iii) programas de apoio ao pequeno produtor ambientalmente amigáveis ao clima para apoiar a diversificação de milho e feijão para outras culturas nutritivas, resistentes ao clima e comercializáveis, (iv) a adopção de tecnologias e praticas climáticas inteligentes; (v) bens públicos que promovam o desenvolvimento de serviços eficazes de alerta precoce e informações agroclimáticas.</li> <li>• Assistência técnica e actividades de capacitação em (i) praticas agropecuárias para organizações não governamentais (ONGs) e prestadores de serviços (incluindo o sector privado) envolvidos em actividades relevantes de apoio ao desenvolvimento da agropecuária familiar, e (ii) reforço da capacitação das Oficinas Rurais para resolução de pequenos problemas operacionais (ex. avaria de máquinas) com</li> </ul>
--	--	--	--

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

			<p>um foco na formação de jovens.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fomento da pesquisa e desenvolvimento no sector da agropecuária para o desenvolvimento de pacotes tecnológicos inovadores e adaptados às condições agroecologias e socioeconômicas dos beneficiários (resiliência e adaptação às mudanças climáticas, alto valor nutricional, práticas de gestão da fertilidade dos solos, gestão da paisagem, beneficiamento da produção, integração de sistemas lavoura-pecuária-florestas, entre outros).</li> </ul>
Componente 2: Resiliência Agrícola, Intensificação e Ligações de Mercado.	NA	US\$ 180 milhões	Este componente beneficiará cerca de 200.000 pequenos produtores (dos quais 30% mulheres). Os pequenos produtores visados têm acesso a cerca de 2,5 a 3 ha de terras agrícolas, envolvidas principalmente em culturas anuais e actividades pecuárias
Componente 3: Gestão de Projectos e Monitoria e Avaliação.	NA	US\$ 20 milhões	Os objectivos deste componente são (i) garantir uma gestão eficiente do projecto, que incluirá o uso eficiente e direccionado dos recursos do projecto de acordo com os objectivos, procedimentos e directrizes fiduciárias do projecto e gestão de contratos eficiente, entre outros; e (ii) construir o sistema de M&A do projecto capaz de informar sobre o progresso e realizações do projecto, apoiar a tomada de decisão da gestão e correção de curso com dados e relatórios de qualidade e em tempo hábil.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

---

Componente 4: de Resposta a Emergências de Contingente (CERC).	NA	US\$ 0 milhões	Esta componente fornece resposta imediata as emergências elegíveis. Como tal, no caso de tal emergência elegível, conforme definido no manual operacional de Resposta a Emergências de Contingência (CERC) preparado e adotado pelo Governo de Angola, esta componente financiara actividades e despesas de emergência por meio da realocação de fundos do Projecto.
--	----	----------------	--

## **2. QUADRO LEGAL PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

Este PEPI tem em conta a legislação angolana relativa aos níveis e modelos de participação das partes interessadas e afectadas (PIAs) por projectos, e pela Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial relativa ao Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações do Banco Mundial.

### **2.1 QUADRO LEGAL NACIONAL**

Tal como muitos outros países em desenvolvimento e particularmente os africanos, depois da Conferência do Rio, de 1992, sobre Desenvolvimento Sustentável, o país iniciou uma significativa reforma legal e institucional para integrar as noções de desenvolvimento sustentável nos seus modelos de planificação e actuação.

A reforma tem estado a ocorrer e em implementação sob a forma de: (a) adesão e adopção de uma série de convenções e protocolos internacionais e regionais de protecção ambiental e de conservação e em matérias sociais e de direitos humanos; (b) a aprovação de um conjunto significativo de legislação com implicações directas e indirectas sobre a protecção do ambiente e de desenvolvimento social e ampliação do leque de diplomas em matéria de direitos económicos, sociais e culturais; (c) criação de instituições públicas específicas ou fortalecimento das instituições existentes dedicadas à gestão ambiental e social. Um aspecto destacável imbuído nos sistemas e dispositivos da reforma assenta na valorização da participação e envolvimento do público nas acções de desenvolvimento e gestão de recursos e modos de vida das pessoas.

A Constituição da República de Angolana, através dos nos 1 e 2 do artigo 23 (Princípio de Igualdade) estabelece que todos são iguais perante a Constituição e a lei e ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.

A mesma constituição (CRA 2010) no seu artigo 20 sobre responsabilidades fundamentais do Estado Angolano, assegura e incentiva a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais. Ainda no seu artigo 40 determina que todos têm o direito de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.

O Artigo 39 da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do

respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

No Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C.

No que tange às modalidades específicas de participação dos cidadãos na Administração Local do Estado, legalmente consagrados no ordenamento jurídico angolano no âmbito municipal pode-se apontar: o Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade, o Conselho Municipal de Concertação Social, o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária e a Comissão de Moradores. A Lei n. 7/16, de 1 de junho, veio a estabelecer a organização e o funcionamento das Comissões de Moradores. Esta lei definiu o regime jurídico das comissões, que são pessoas coletivas de direito público, resultantes da união voluntária e organização de pessoas residentes numa determinada rua, quarteirão, bairro, aldeia ou povoação. São apartidárias e sem fins lucrativos, e visa promover uma cultura de associativismo e promover o princípio da participação dos cidadãos na sua respectiva circunscrição territorial ou administrativa. As comissões de moradores representarão os moradores daquela circunscrição territorial, podendo exercer o direito de petição perante órgãos do governo, direito de resolver pela via da conciliação conflitos entre membros da comunidade, promover ações culturais, desportivas, recreativas, de preservação ambiental e qualidade dos espaços públicos, dentre outras.

A Lei n. 15/16, de 12 de setembro, estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado. Esta lei substituiu os antigos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs), anteriormente criados pelo Decreto-Lei n. 02/2007, de 3 de janeiro, que foi posteriormente revogado pela Lei n. 17/10, de 29 de julho. Entretanto, após a mudança legislativa os antigos CACS (Conselhos Municipais de Auscultação e Concertação Social) foram extintos, e substituídos pelos: a) Conselhos Municipais de Auscultação da Comunidade; b) o Conselho Municipal de Concertação Social; e c) o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

No que diz respeito à promoção da Igualdade de Género, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2018-2022), estabelece acções específicas para a mulher com vista á promoção da igualdade de oportunidades e á valorização do papel da mesma no domínio familiar, social, político, económico e empresarial, bem como, na perspectiva de assegurar de forma sustentável o empoderamento da jovem mulher e da mulher na zona rural.

No PDN 2018-2022 o foco para a igualdade de género e o empoderamento da mulher está centrado no Eixo i) desenvolvimento humano e bem-estar, cujos programas e projectos contemplam: o Programa de Promoção de Género e Empoderamento da Mulher, o Programa de Prevenção e de Apoio à Vitima de Violência Doméstica, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza que incorporam acções de empoderamento da mulher em todos os municípios, o Programa de Inclusão Produtiva e Geração de Renda, com maior incidência em famílias chefiadas por mulheres; o Programa de Municipalização da Acção Social; e o Programa das Transferências Sociais Monetárias.

No processo de revisão do PND 2018-2022, a sensibilidade para a transversalização da abordagem de género nos diferentes eixos aumentou, assim como a discussão com os actores-chave para uma integração da abordagem sensível ao género no processo de planificação

Por sua vez, a Lei Contra a Violência Doméstica (Lei nº 25/11, de 14 de Julho), considera que a família é o núcleo fundamental da sociedade, exigindo protecção redobrada e especial, de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República de Angola. Reconhecendo que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, conseqüentemente da sociedade, no seu artº 1º, a Lei estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.

Ainda, no âmbito das questões sociais o Governo Angolano aprovou vários outros instrumentos legais que visam a promoção da Igualdade e Equidade de Género, de modo a responder de forma sustentável e multisectorial ao combate da Violência Baseada no Género, nomeadamente: ; Decreto Presidencial nº 124/13 de 28 de Agosto, que regula a Lei Contra a Violência Doméstica; Decreto Presidencial nº 222/13, que aprova a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, Lei nº 38/20 de 11 de Novembro, que aprova o Código Penal Angolano e a Estratégia de advocacia e mobilização de Recursos para implementação e monitorização da política.

Pode-se acrescentar a recentemente aprovada Lei Orgânica da Provedoria de Justiça e o Estatuto do Provedor de Justiça (Fevereiro de 2020). A temática da participação pública tem um carácter transversal que também atravessa tantos outros temas transversais como é o caso do ambiente em geral, as questões de género e da pobreza. Ainda que nem sempre alinhadas com o previsto nas NAS do BM, os dispositivos acima listados entendem a consulta e a participação das PIAs, como essenciais ao desenvolvimento.

No ano de 2020, foi aprovada a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos (Decreto Presidencial nº 100/20 de 14 de Abril), assim como o Plano de Acção Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Decreto Presidencial nº 95/20 de 14 de Fevereiro) (que forma parte da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos)

De diferentes maneiras preveem acções de promoção e defesa dos Direitos Humanos, informação, educação, sensibilização, promoção de consentimentos e consensos, acompanhamento e monitorização das acções de desenvolvimento, intermediação incluindo recurso a tribunais em caso de diferendos entre os promotores das iniciativas de desenvolvimento e as pessoas afectadas, interessadas e/ou de outro modo envolvidas. Também preveem que as pessoas afectadas por iniciativas de desenvolvimento sejam compensadas por eventuais perdas que possam sofrer.

Os requisitos estabelecidos neste conjunto de instrumentos legais deverão ser seguidos no processo de engajamento das PIAs, principalmente no que tange a realização das consultas

públicas durante a elaboração de instrumentos específicos de gestão ambiental e social dos subprojectos.

## **2.2 NORMAS DO BANCO MUNDIAL**

A Norma Ambiental e Social (NAS 10) do Banco Mundial reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais. Segundo esta norma, o envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projectos, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projecto.

A NAS10 aplica-se a todos os projectos apoiados pelo Banco Mundial pelo Financiamento de Projecto de Investimento (IPF). Segundo esta Norma os implementadores de projectos deverão consultar as partes interessadas, como parte fundamental do processo de avaliação ambiental e social e de implementação do projecto. Conforme estabelecido na NAS 10 o processo de engajamento de pessoas interessadas inclui:

- Identificação partes interessadas e afectadas.
- Avaliar o nível de suporte das partes interessadas pelo projecto
- Planeamento sobre o envolvimento das partes interessadas, promovendo e fornecendo mecanismos para que as considerações das partes interessadas sejam consideradas no desenho do projecto e no desempenho ambiental e social do projecto.
- Assegurar o efectivo e inclusivo engajamento das partes interessadas incluindo sempre as partes com necessidades especiais.
- Divulgar a informação sobre os riscos e impactos ambientais e sociais e respectivas medidas de mitigação as partes interessadas e afectadas de forma antepada e acessível.
- Consulta das partes interessadas.
- Promover um mecanismo de diálogos e reclamações.
- Divulgação de resultados.

Segunda a NAS 10 a consulta relevante é um processo de duas vias que tem as seguintes características:

- Começa no estágio inicial do processo de planeamento do projecto para receber opiniões iniciais sobre a proposta do projecto e informar a concepção do projecto.
- Incentiva os comentários das partes interessadas, especialmente, como uma forma de prestar informações sobre a concepção do projecto e o envolvimento das partes interessadas na identificação e mitigação de riscos e impactos socioambientais.
- Continua de forma ininterrupta à medida que surjam riscos e impactos.

- Baseia-se na divulgação e disseminação prévia de informações relevantes, transparentes, objetivas, significativas e de fácil acesso num prazo que possibilite consultas relevantes com as partes interessadas e em um formato culturalmente apropriado, em idioma(s) local relevante e compreensível para as partes interessadas.
- Analisa e responde aos comentários.
- Apoia o envolvimento ativo e inclusivo das partes afectadas pelo projecto.

### **2.3 RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E AS NORMA DO BANCO MUNDIAL**

Nos Termos da legislação Angolana, o engajamento das partes interessadas se verifica desde as fases iniciais da concepção do projecto, de diversas actividades de desenvolvimento. O Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C. Por outro lado, a NAS 10 estabelece que um Mutuário tem de engajar as partes interessadas como parte integrante da avaliação ambiental e social de um projecto e da concepção e implementação do projecto. A natureza, o âmbito e a frequência do compromisso devem ser proporcionais à natureza e à escala do Projecto. As consultas com as partes interessadas e afectadas (PIAs) têm de ser significativas e basear-se na identificação e análise das PIAs, nos planos sobre como engajar as PIAs, na divulgação de informação, nas consultas reais, bem como nas respostas às reclamações das PIAs, e nos relatórios às PIAs, a legislação angolana menciona a necessidade de participação, obrigatoriedade em alguns processos como mencionado acima, mas não de forma estruturada onde por exemplo a identificação das PIAs e principalmente a atenção que deve ser dada aos grupos vulneráveis é fundamental.

O Regulamento não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de reclamações. Então, deve-se seguir o processo da legislação nacional para o processo de licenciamento ambiental, e para os casos da implementação do projecto deve-se seguir o plasmado na NAS10.

### **3. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES ANTERIORES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

O Ministério da Agricultura e Pesca (MINAGRIP) possui uma estrutura que permite de alguma forma engajar os principais parceiros de forma variada a todos os níveis, que compõem o espaço jurisdicional do país, através das suas representações nas províncias, os Serviços Provinciais de Agricultura (SPA). No projecto MOSAP 3, o MINAGRIP contou com suporte da Unidade de Implementação de Projectos (UIP) do MOSAP 2 e representações do estado nas províncias (GEPE, IDA, IIA, IIV, Gabinete Provincial da Agricultura e Gabinetes Provinciais de Infraestruturas) cobertas pelo projecto.

Nas acções preparatórias do MOSAP 3, o MINAGRIP realizou reuniões de divulgação e informação sobre o projecto, a nível das províncias, municípios e comunas cobertas pelo projecto. Foram realizadas reuniões direccionadas com instituições do governo local, e instituições de cariz social e comunitário (Gabinete Provincial da Agricultura, Pecuária e Pesca, Gabinete Provincial de Infraestruturas, IDA, Direção Municipal de Agricultura e Pesca, Associação única, EDA, INCA, Associação Santa Maria e Protecção Civil), com intuito de comunicar as PIAs sobre o projecto, promovendo assim a sua participação informativa.

O projecto ira capitalizar a estrutura organizativa do MOSAP 2 e PDAC, que alem da experiência com projectos financiados pelo BM, tem estabelecidas e asseguradas actividades de envolvimento das PIAs através das unidades orgânicas definidas para o efeito. Desta forma, os históricos do MINAGRIP, no processo de engajamento das PIAs podem servir de aprendizado, oportunidades e exemplo para o MOSAP 3. Contudo, é preciso considerar ameaças potenciais relacionadas com surgimento de movimentos e organizações contrários a implementação do projecto, principalmente das actividades que geraram manifestações e alto nível de expectativa, a quanto do desenvolvimento das actividade de melhoria do sistema de abastecimento de água, bem como possibilidade de reassentamentos.

As reuniões de consulta tiveram início no dia 18 de Janeiro de 2022 e finalizaram no dia 28 de Fevereiro de 2022. Para o alcance dos objectivos do programa das consultas, diante de alguns factores, como tempo limitado para elaboração dos instrumentos e a questão da pandemia de COVID-19, foi definido uma metodologia estratégica que consistiu na aplicação de processo híbrido (presencial e online) na realização destas. A definição da estratégia teve em consideração o nível de intervenção do projecto nas províncias. No entanto, a especificidade das actividades das componentes 1 e 2, associado ao potencial de causar impacto substancial nas províncias abrangidas, permitiu definir como presencial, a modalidade das consultas nestas províncias. Igualmente, foi definido como online as consultas a realizar nas províncias em que as actividades possuem um baixo potencial de causar riscos.

De salientar que, até ao momento, foram realizadas 12 consultas públicas em 10 províncias, nomeadamente Cunene, Namibe, Huila, Benguela, Malanje, Bié Cuanza Sul, Cuanza Norte, Huambo, e Cuando Cubango. As consultas abrangeram um total de 776 pessoas, das quais 516 são homens e 260 mulheres, incluindo autoridades locais, organizações da sociedade civil e comunidades. Os temas discutidos foram:

- Componentes do projecto e as actividades associadas.
- Plano de engajamento das partes interessadas.
- Capacidade do sector agropecuário para assistências das comunidades diante da seca e outros.
- Estado das Infraestruturas de irrigação e armazenamento de água, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- A questão de exclusão dos grupos vulneráveis (em particular as mulheres) aos benefícios do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Expectativas e preocupações relativas ao projecto.
- Questões de reassentamento.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.

Dada a situação da pandemia do novo coronavírus e em cumprimento do Decreto Presidencial, que, entre outras disposições, obriga ao isolamento social e proíbe a aglomeração de pessoas, as reuniões de consulta foram realizadas respeitando o número máximo de participantes, excepto para alguns locais em que o número foi excedido e a equipa não teve alternativa, tendo privilegiado o distanciamento social de pelo menos 1,5 metros entre os presentes. Para além disso, todos os participantes foram obrigados a usar máscaras e a fazer a desinfeção das mãos com água e sabão e/ou com álcool gel. Informações mais detalhadas sobre as consultas públicas realizadas podem ser encontradas nos escritórios do MINAGRIP, em Luanda, e no respectivo site.

**Tabela 2:** Apresenta a lista das consultas publicas efectuadas.

ITEM	ADMINISTRAÇÃO LOCAL (PROVÍNCIA/MUNICÍPIO)	COMUNAS	GRUPO ALVO	DATA	PARTICIPANTES		
					H	M	TOTAL
1	Município de Ombadja – Província de Cunene	Xangongo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• ISPT</li> <li>• Missão Católica de Okonautone.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	18/01/2022	35	20	55
2	Município de Cuanhama – Província de Cunene	Ondjiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	18/01/2022	26	2	28
3	Município de Moçâmedes – Província de Namibe	Moçamedes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	19-01-2022	31	27	58
4	Município de Bibala – Província de	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do</li> </ul>	19-01-2022	17	8	25

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

	Namibe		município e comunas. • Comunidade local.				
5	Município de Cacula – Província de Huila	NA	• Administrador Municipal. • Directores e equipa técnica do município e comunas. • Comunidade local.	21/01/2022	34	16	50
6	Município de Benguela – Província de Benguela	sede	• Administrador Municipal. • Directores e equipa técnica do município e comunas. • Comunidade local.	03/02/2022	52	34	86
7	Município de Kangandala – Província de Malange	Sede	• Administrador Municipal. • Directores e equipa técnica do município e comunas. • Comunidade local.	01-02-2022	47	25	82
8	Município de Cuito – Província de Bié	Sede	• Administrador Municipal. • Directores e equipa técnica do município e comunas. • Comunidade local.	08-02-2022	74	51	125
9	Município de Uke Seles – Província de Cuanza Sul	NA	• Administrador Municipal. • Directores e equipa técnica do município e comunas. • Comunidade local.	28-02-2022	61	24	85

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

10	Município de Ndalatando – Província de Cuanza Norte	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	03-02-2022	17	02	19
11	Município de Bailundo – Província de Huambo	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	09-02-2022	58	17	75
12	Município de Menongue – Província de Cuando Cubango	NA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Municipal.</li> <li>• Directores e equipa técnica do município e comunas.</li> <li>• Comunidade local.</li> </ul>	07-02-2022	63	25	88

Os encontros serviram para colher das PIAs as opiniões sobre o projecto nos locais propostos, as necessidades e dificuldades enfrentadas, as oportunidades do projecto, a adequabilidade dos mecanismos de engajamento das PIAs propostos no PEPI, incluindo o MRR. A escolha das províncias deve-se à necessidade de aumento da produtividade, a resiliência climática, bem como a promoção a comercialização para pequenos agricultores nas áreas seleccionadas do projeto. Algumas recomendações foram levantadas durante a reunião de consulta com as PIAs:

- Abrangência: Número dos municípios e província que serão abrangidos pelo MOSAP-3.
- Género: A participação da mulher nos encontros de divulgação do projecto durante o período de implementação deve ser aumentado, pois a mulher precisa destes projectos para aumentar a sua participação. Então, a necessidade do empoderamento da mulher no projecto.
- EAS/AS: Necessidade de sensibilização dos trabalhadores sobre questões de EAS/AS.
- Assistência Técnica: Necessidade de legalização das associações bem como envolvimento desta no MOSAP 3.
- Assistência técnica na Comercialização Agropecuária: Qual será as políticas de escoamento e comercialização de produtos, que o MOSAP3 poderá trazer?
- Pecuária: Mecanismo de assistência técnica na área da pecuária.
- Desemprego: Necessidade de emprego e priorização da comunidade nas oportunidades de empregos que surgirem no projecto.
- Componente Ambiental e Social: Como é que o projecto espera responder as expectativas ambientais, enquanto possui indicadores de desempenho a atingir durante a sua implementação?
- Capacitação: Gostaríamos que o projecto intensifique os problemas ambientais e sociais para poder nos enquadrar aqui nas aldeias. Porque a escassez das chuvas já estão a nos preocupar. Portanto, visto que o projecto tem a componente de agricultura e resiliência climática; nós queremos que os especialistas ambientais e sociais nos ensinam o quê que devemos fazer para trabalharmos sem prejuízo da estiagem prolongado.
- Reassentamento: Quais os mecanismos a usar em caso de necessidade de uso de terra ou património da comunidade?
- Capacitação: Poderemos agora contar que as famílias poderão ser bem treinados para o processo de adaptação nas alterações climáticas?
- Corrupção: Sempre que está em preparação de projectos, existe um grupo de intermediários que aliciam as comunidades com uma presumível facilitação para entrada de projectos e que depois de receberem dinheiro das comunidades fogem e nunca mais aparecem. De que forma MOSAP-3 vai evitar este problema?

No geral, às questões levantadas abordavam acerca do problema da seca, pobreza, corrupção, exclusão dos grupos vulneráveis, desemprego e outros aspectos que tem contribuído para fraco desempenho nos projectos similares. No concernente as questões específicas levantadas por mulheres foram basicamente idênticas em todas as consultas, e se destacam, a exclusão destas aos benefícios dos projectos; falta de capacitação para executar actividades específicas; as obrigações e responsabilidades de casa, que não permite participar em encontros de natureza e falta de oportunidade para desenvolvimento de actividades que possam melhorar a renda.

Relativamente às reuniões de consultas realizadas com as minorias etnolinguísticas ou historicamente desfavorecidos (comunidades de povos minoritários San, comunidades pastoris semi nómadas) as aspirações levantadas foram todas relacionadas com melhorar a saúde, particularmente entre as crianças, e melhorar o acesso à água para a comunidade em geral, e melhorar as oportunidades de subsistência. De salientar que a grande preocupação levantada foi a sustentabilidade da manutenção dos investimentos em infraestrutura do projeto, e ainda o facto de poderem não beneficiar diretamente do projecto, sendo que continuam a sofrer pressões e barreiras por falta de água disponível, especialmente água potável para beber. Foram realizadas consultas específicas que podem ser encontradas em detalhe no Quadro de Política de Povos Indígenas (QPPI).

Mais consultas serão feitas durante a elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e social, assim como ao longo do ciclo do projecto a fim de permitir que as opiniões das partes interessadas sejam continuamente tidas em consideração. No entanto, ao realizar a consulta pública, uma série de vantagens para a implementação tranquila do projecto serão garantidas, as quais são brevemente discutidas a seguir. Outrossim, fornecer informações contínuas sobre o projecto e, ao mesmo tempo, pedir ao público sugestões construtivas acabará por deixar as comunidades locais prontas para se sentirem donas e apoiarem os aspectos benéficos do projecto. Para manter o equilíbrio social e a confiança da população local, todas as informações devem ser divulgadas ao público sobre os prováveis impactes positivos e negativos do projecto, QPR e PEPI, instituições implementadoras e cronograma e procedimentos de reclamação.

#### **4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS**

Esta seção identifica as principais partes interessadas que serão informadas e consultadas sobre as actividades do Projecto. As principais PIAs para o projecto, incluem aqueles indivíduos, comunidades, grupos e agências do sector público, sociedade civil que serão afectados ou têm interesse nas actividades do Projecto nas fases de implementação e operação. Este PEPI é preparado de acordo com os requisitos da NAS10.

As actividades de interesse para o presente PEPI, incluem os estudos de viabilidade técnica, ambiental, social e económica das actividades propostas, o desenho dos projectos que terá uma componente de participação forte, implementação de diversos planos de gestão ambiental e social (PGAS) dos projectos propostos, os instrumentos ambientais e sociais específicos do

local que requerem consulta pública como estudos de impacto ambiental e social (EIAS), o Plano de Acção de Reassentamento (PAR) e a elaboração e implementação do Plano de mitigação dos riscos de EAS/AS

sobretudo nas actividades de obras civis.

#### 4.1 DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

A identificação das PIAs foi feita com base nas actividades propostas no Projecto de Transformação Agropecuária de Angola (invariavelmente referido por “Projecto/ MOSAP3), e na localização destas actividades, onde estão inseridas as instituições, públicas e privadas, rotas de transportes públicos, áreas potencialmente afectadas pelos impactos cumulativos ou desenvolvimentos não-planeado, espaços públicos e privados onde serão implantadas actividades. A análise deve demonstrar o nível de engajamento das partes interessadas, especificamente o grau de influência nos resultados do Projecto, o grau de Impacto, positivo e negativo, que o projecto terá sobre eles e a posição perante o projecto a favor ou oposição. Para efeitos de engajamento eficaz as PIAs foram divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes Afectadas** - Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto que são directamente influenciadas (efectiva ou potencialmente) pelo projecto e que foram identificadas como mais susceptíveis a mudanças associadas ao projecto, e que precisam de estar estreitamente engajadas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre as medidas de mitigação e de gestão.
- **Partes Interessadas** - Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer os impactos directos do projecto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma.
- **Grupos Vulneráveis** - Os grupos vulneráveis ou desfavorecidos são um segmento da população que apresenta algumas características específicas que a colocam em maior risco de cair na pobreza do que outros que vivem em áreas visadas por um projecto. Portanto, é particularmente importante entender se os impactos do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto e para garantir que a conscientização e o envolvimento das partes interessadas com os desfavorecidos ou indivíduos ou grupos vulneráveis sejam adaptados para levar em consideração, tais grupos ou indivíduos, sensibilidades, preocupações e sensibilidades culturais específicas e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto. O envolvimento com os grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada

ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às das outras partes interessadas.

Deste modo, constituem PIAs do Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do Projecto. No presente projecto, a identificação das PIAs relevantes foi realizada com base nas componentes do Projecto tendo em conta todos os aspectos anteriormente referidos (Tabela 3).

**Tabela 3:** Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto

ITEM	COMPONENTES E SUBCOMPONENTES	PARTES INTERESSADAS PELO PROJECTO	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO	GRUPOS VULNERÁVEIS
1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Componente 1 - Capacitação e Desenvolvimento Institucional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Agricultura e Pescas (MINAGRIP) – gestor do projecto em nome do governo de Angola.</li> <li>• Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE).</li> <li>• Instituto de Investigação Agrária (IIA).</li> <li>• Instituto de Investigação Veterinária (IIV).</li> <li>• Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) – gestor técnico/representante do MINAGRIP na gestão do projecto</li> <li>• Governos Provinciais abrangidos.</li> <li>• Gabinete Provincial de Agricultura.</li> <li>• Gabinete Provincial de Infraestruturas.</li> <li>• Órgãos de Comunicação.</li> <li>• Banco Mundial.</li> <li>• Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).</li> <li>• Programa das Nações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lideranças Comunitárias nas Zonas Rurais Abrangidas.</li> <li>• Habitantes das zonas de incidência do projecto/agregados familiares (seus membros (homens, mulheres, crianças) e outras entidades publicas e privadas.</li> <li>• ECAS.</li> <li>• Agricultores e Pastores.</li> <li>• Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).</li> <li>• Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).</li> <li>• Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).</li> <li>• ONG's</li> <li>• Cooperativas e associações de camponeses</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar.</li> <li>• Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza.</li> <li>• Grupos culturalmente minoritários ou historicamente desfavorecidos</li> <li>• Pessoas com deficiência (visual, física, mental).</li> <li>• Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.</li> <li>• Pessoas portadoras de doenças crónica.</li> <li>• Pessoas idosas.</li> </ul>

		<p>Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP)</li> <li>• Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).</li> <li>• ONG's (ADRA, FMJIG, etc.)</li> <li>• Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA)</li> <li>• Federação Angolana das Pessoas com Deficiência (FAPED)</li> <li>• Academia (Faculdade de Ciências Agrárias e Faculdade de Ciências Veterinárias do Huambo; Institutos Médios Agrários em todas as Províncias; Universidades com cursos agrários)</li> <li>• Associações Profissionais organizadas (ex: Ordem dos Médicos Veterinários)</li> <li>• Igreja (Federação Luterana Mundial, CICA)</li> <li>• Órgãos da Comunicação Social</li> </ul>		
2	Componente 2 - Resiliência Agrícola, Intensificação e	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Agricultura e Pescas (MINAGRIP) – gestor do projecto em nome do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lideranças Comunitárias nas Zonas Rurais Abrangidas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo</li> </ul>

	Ligações de Mercado.	<p>governo de Angola.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Energia e Águas.</li> <li>• Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.</li> <li>• Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE).</li> <li>• Instituto de Investigação Agrária (IIA).</li> <li>• Instituto de Investigação Veterinária (IIV).</li> <li>• Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) – gestor técnico/representante do MINAGRIP na gestão do projecto.</li> <li>• Órgãos de Comunicação.</li> <li>• Governos Provinciais abrangidos.</li> <li>• Gabinete Provincial de Agricultura.</li> <li>• Gabinete Provincial de Infraestruturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitantes das zonas de incidência do projecto/agregados familiares (seus membros (homens, mulheres, crianças) e outras entidades publicas e privadas.</li> <li>• Trabalhadores do Projecto.</li> <li>• Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto mesmo que temporariamente.</li> <li>• Associação de Usuários de Água.</li> <li>• Empresa Provincial de Água e Saneamento.</li> <li>• Grupo de Agricultores.</li> </ul>	<p>agregado familiar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza.</li> <li>• Grupos culturalmente minoritários ou historicamente desfavorecidos</li> <li>• Pessoas com deficiência (visual, física, mental).</li> <li>• Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.</li> <li>• Pessoas portadoras de doenças crónica.</li> <li>• Pessoas idosas.</li> </ul>
3	Componente 3 - Gestão de Projectos e Monitoria e Avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Agricultura e Pescas (MINAGRIP) – gestor do projecto em nome do governo de Angola.</li> <li>• Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE).</li> <li>• Instituto de Investigação Agrária (IIA).</li> </ul>	NA	NA

		<ul style="list-style-type: none"><li>• Instituto de Investigação Veterinária (IIV).</li><li>• Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) – gestor técnico/representante do MINAGRIP na gestão do projecto</li><li>• Governos Provinciais abrangidos.</li><li>• Banco Mundial.</li></ul>		
--	--	--	--	--

## 4.2 INDIVÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS

É particularmente importante entender se os impactos do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto e para garantir que a consciencialização e o engajamento das partes interessadas desfavorecidas ou indivíduos/grupos vulneráveis devem ser adaptados para levar em consideração as necessidades de tais grupos ou indivíduos, suas preocupações e sensibilidades culturais, e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto. A vulnerabilidade pode resultar da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação econômica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e / ou do estado. O engajamento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- **Mulheres/ mulheres chefe de agregados familiares** - As mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infraestruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjunção com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patrilineares, participar nas consultas publicas, compreender informações específicas sobre o projecto (dificuldades de acesso aos locais de consulta, de língua, de literacia, de rotinas que podem dificultar a participação, etc.). Ainda no âmbito das mulheres, de referir que nas comunidades sem acesso a águas, as mulheres e raparigas normalmente são as responsáveis por encantar a água, pelo que dedicam um tempo relevante em esta tarefa.
- **Crianças e crianças chefes de família** - As crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- **Idosos e idosos chefes de agregados familiares** - Os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de interajuda ao nível familiar ou comunitário. Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores. Estes podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades

durante a implementação do Projecto. Então, o projecto deve reverir acções estratégicas para acomodar este grupo, bem como garantir a disseminação de informação sobre os direitos a este grupo com vista ao direccionamento.

- **Pessoas com deficiência** - A implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão. Estes podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades durante a implementação do Projecto. Então, o projecto deve reverir acções estratégicas para acomodar este grupo, bem como garantir a disseminação de informação sobre os direitos a este grupo com vista ao direccionamento.
- **Pessoas vivendo com doença crónica** - Estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e consequente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e consequente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu engajamento e consequente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.
- **Indivíduos ou Grupos Minorias Etnolinguísticas/Vulneráveis** - Podem incluir pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, bem como as comunidades locais tradicionalmente carentes e/ou famílias chefiadas por tais pessoas, incluindo os San ou outras minorias étno-linguísticas no sul de Angola<sup>1</sup>. Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos em termos de participação em reuniões de consulta pública; mesmo que participem delas, eles podem não entender os impactes dos projectos apresentados devido a barreiras linguísticas (ou sentirem-se inibidos devido ao seu estatuto na comunidade) e, portanto, nem sempre são capazes de expressarem livremente as suas preocupações e interesses sobre o projecto.

---

<sup>1</sup> Para os povos indígenas ou tradicionais minoritários consultar o Quadro de Política de Povos Indígenas com medidas específicas.

### 4.3 ANÁLISE DAS PESSOAS AFECTADAS E INTERESSADAS IDENTIFICADAS

Após a identificação das PIAs foi realizada uma análise das mesmas para determinar o seu nível de influência e interesse no projecto, e ainda as suas necessidades, de forma a prever as formas de engajamento no projecto, conforme a figura 1, abaixo.

**Tabela 4:** Formas de Engajamento

<b>INFORMAR</b>	Fornecer informação objectiva para auxiliar na compreensão do processo de implementação do projecto, oportunidades de parcerias, fortalecer o relacionamento, actuando proactivamente no esclarecimento de dúvidas e garantindo a adequada exposição do projecto nos veículos de comunicação.
<b>CONSULTAR</b>	Obter feedback das partes interessadas sobre alternativas, oportunidades e soluções, fortalecer o relacionamento por meio do diálogo permanente, valorizando o papel da sociedade como parte interessada no Projecto.
<b>ENVOLVER</b>	Trabalhar directamente com partes as interessadas para garantir que todas as questões são entendidas e todas as oportunidades e soluções são consideradas.
<b>COLABORAR</b>	Estabelecer parcerias com partes interessadas para identificação de soluções e desenvolver alternativas adequadas para o projecto.



**Tabela 5:** Análise das Partes Interessadas e Afetadas pelo projecto

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIAs	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
Ministério da Agricultura e Pesca	Parte interessada responsável pelo sector da água e saneamento e pela coordenação do projecto. <b>(Alto interesse).</b>	Alto	Cofinanciamento e gestão	Liderança da gestão do projeto. Monitoriza através de encontros de coordenação.
Ministério de Energia e Água	Parte interessada e responsável pela formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional nas áreas da água, saneamento e energias. A água é necessária para a agricultura, e o projecto irá trazer mais valia para a agricultura. Para além disso, existe interesse que o projecto não impacte as terras agrícolas negativamente. <b>(Médio interesse).</b>	Alto	Consultar na fase de preparação e de implementação do projecto deve envolver representações do MINEA a diversos níveis, bem como identificar impactos o uso de água durante as fases de projecto.	Reuniões de consulta pública, Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação.
Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.	Parte interessadas responsável pela coordenação de toda a política e estratégia em matéria de cultura, turismo e ambiente para o desenvolvimento sustentável. Pode apoiar na aprovação das licenças ambientais em fase de implementação do projecto, e questões de impacto ambiental	Médio	Consultar na fase de preparação e de implementação do projecto (por exemplo nos processos de licenciamento ambiental na fase de implementação dos projectos de obras civis e em situações adversas que	Reuniões de consulta pública, Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

	adverso. <b>(Médio interesse).</b>		impactem o ambiente.	
Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.	Parte interessadas responsável pela formulação, proposição, coordenação, execução e fiscalização das políticas públicas e programas sectoriais nas áreas de administração pública, administração do trabalho e previdência social. Pode não ser a sua área de interesse directo, no entanto pode ter algum interesse em melhorar as condições de trabalho e segurança social dos trabalhadores do projecto. <b>(Médio interesse)</b>	Baixo	Consulta e envolvimento por exemplo nos processos de fiscalização das condições de trabalho durante a implementação do projecto.	Cartas, email, material de informação.
Ministério da Administração Territorial e Reforma do Estado (MAT)	Parte interessadas responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação da política do Executivo em matéria de Administração Local do Estado, Administração Municipal, organização e gestão territorial, autoridades e comunidades tradicionais. Pode ter algum interesse, no entanto visto que os governos provinciais e as administrações municipais estão mais envolvidas, pode não estar envolvida directamente com o projecto. <b>(Médio interesse)</b>	Baixo	Consulta durante a preparação do projecto.	Email, carta e material de informação do projecto.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

<p>Ministério da Inclusão Social Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)</p>	<p>Parte interessadas responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação da política do Executivo em matéria de políticas de inclusão social, família e questões de igualdade de género. Pode ter interesse na melhoria das condições de vida das famílias e das mulheres em particular através da melhoria do acesso á água, e iniciativas de prevenção da Violência Baseada no Género (VBG). <b>(Médio interesse)</b></p>	<p>Médio</p>	<p>Consulta durante a preparação do projecto.  Colaboração durante a implementação do projecto, sobretudo na implementação do Plano de Ação de mitigação do risco de EAS/AS.</p>	<p>Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.</p>
<p>Governos Provinciais e Administrações municipais abrangidas</p>	<p>Administradores da província onde o projecto está localizado. Beneficiários directos. Terra representa uma necessidade básica da população e do desenvolvimento. Municípios necessitam de emprego e melhores condições de vida para a população. <b>(Alto interesse).</b></p>	<p>Alta</p>	<p>Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de reassentamento e questões de impacto ambiental e social. Monitoria do projecto a nível local.</p>	<p>Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação (por exemplo nos processos de reassentamento, implementação da estrutura do MRR, e na monitoria social e ambiental).</p>
<p>Gabinetes Provinciais de Agricultura</p>	<p>Gestores da agricultura e pesca nas províncias onde o projecto está localizado. Representações do MINAGRIP a nível provincial. Beneficiários directos. Melhorias na produção e representa uma necessidade básica para a sua actividade e sustentabilidade. <b>(Alto</b></p>	<p>Alta</p>	<p>Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de</p>	<p>Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação (por exemplo nos processos de reassentamento,</p>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

	<b>interesse).</b>		reassentamento e questões de impacto ambiental e social. Monitoria do projecto a nível local.	implementação da estrutura do MRR, e na monitoria social e ambiental).
Organizações da Sociedade Civil	Organizações da sociedade civil em Angola, interessadas pelo projecto e os benefícios que trarão as comunidades nas províncias abrangidas.  Médio interesse: sendo a sua intervenção garantir a interrelação com as actividades básicas da população, pode melhorar as condições de vida das famílias e das mulheres em particular através da melhoria na agricultura.	Médio	Consulta durante a preparação do projecto.  Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre as comunidades.	Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.
Comunidades locais na área do projeto.	Pessoas interessadas em diversas oportunidades do projecto. Beneficiários finais. <b>(Alto interesse).</b>	Médio	Consultar durante a fase de preparação, implementação e avaliação do projecto.  Colaborar para implementar o MRR e ações de comunicação e mudança de comportamentos com as comunidades (líderes locais)	Consultas públicas, grupos de foco, encontros individuais, ações de formação de lideranças locais, informação e comunicação. Material de informação elucidativo, rádio.
Pessoas / famílias / grupos vulneráveis, como famílias chefiadas por mulheres.	Pessoas interessadas em diversas oportunidades do projecto. Beneficiários finais. Procuram melhoria das condições de vida. Podem enfrentar diferentes barreiras sociais, linguísticas e culturais o que significa que o engajamento deve ser	Baixo	Consultar durante a fase de preparação, implementação e avaliação do projecto através de medidas e condições específicas.  Colaborar para implementar o MRR e ações de comunicação	Consultas públicas, grupos de foco, encontros individuais, ações de formação de lideranças locais, informação e comunicação. Material de informação elucidativo, rádio.  identificar e consultar ONGs

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

	adaptado de uma maneira culturalmente apropriada que possa acomodar suas necessidades específicas. Com muitos indivíduos vivendo em áreas de difícil acesso, deve-se prestar atenção aos custos de transporte e outras necessidades para participação no projecto. <b>(Alto interesse).</b>		e mudança de comportamentos com as comunidades (líderes locais)	ou organizações comunitárias que representam mulheres pobres, pessoas portadoras de deficiência e grupos minoritários para parcerias no trabalho com esses grupos.  Acomodar as suas necessidades específicas na gestão do projecto.
Trabalhadores do Projecto	Alto interesse: projecto representa oportunidade de emprego e melhoria das condições de vida	Alto	Projeto depende muito do trabalho eficaz e eficiente dos seus colaboradores. Envolver durante a implementação do projecto para capacitar.	Encontros de coordenação, ações de sensibilização e formação.

#### **4.4 NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO**

Conforme referido acima, pelo grau de risco do projecto, as PIAS identificadas através da participação informada e auscultada sobre o projecto, deverão ser chamados a contribuir nas fases de preparação e implementação do projecto. Quanto às formas de engajamento que foram acima descritas, as PIAs terão de ser engajadas de acordo com as especificidades de cada um em aceder e envolver-se no processo. As pessoas afectadas e vulneráveis devem ser priorizadas tendo em conta o tipo de participação das partes afectadas exigidas por lei e outros requisitos, e quem exatamente será negativamente afectado pelos potenciais impactos ambientais e sociais.

Desta forma, dependendo das PIAs, devem ser identificadas formas apropriadas para notificação, divulgação de informação e auscultação, para que todas as partes afectadas e interessadas tenham acesso à informação sobre as várias formas de engajamento propostas incluindo os meios para a consulta apropriada. Os dados relacionados com as necessidades das partes interessadas serão inseridos na Tabela 6, abaixo.

**Tabela 6:** Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições do governo.</li> <li>• Administrações municipais.</li> </ul>	<p>Informar, auscultar, envolver e colaborar</p>	<p>Idioma Oficial (Português)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Notas direccionadas, reuniões colaborativas, fórum de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos.</li> <li>• Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, Twiter) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde,</li> <li>• Reuniões de trabalho.</li> <li>• Rádios comunitárias visitas das estruturas ao local do projecto, capacitações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devido à situação pandémica da COVID 19, será privilegiada a comunicação por via das plataformas virtuais.</li> </ul>

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pessoas Afectadas pelo projecto.</li> <li>• Grupos de minorias etnolinguísticas</li> <li>• Mulheres.</li> <li>• Estruturas comunitárias.</li> <li>• Associações de base comunitária e outras associações.</li> </ul>	<p>Informar, auscultar e envolver</p>	<p>Idioma Oficial (Português) e Língua local</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avisos em rádios comunitárias, quadro de aviso da comunidade, cartazes e folhetos.</li> <li>• Mobilização comunitária.</li> <li>• Reuniões Comunitárias, pecas de teatro informativos.</li> <li>• Apresentações de filmes publicação de resumos simplificados, explicações não técnicas de base ou acesso a especialistas locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Para estes grupos as necessidades especiais serão os horários dos encontros com maior adesão, reuniões com os grupos de forma específica (ex. grupos de mulheres, grupo de pessoas com deficiência), local acessível para realizar as reuniões, tradução para o idioma local; reuniões pequenas e específicas para que os grupos vulneráveis fiquem mais à vontade para fazer perguntas ou manifestar as suas preocupações.</li> <li>• Tradução de informação em língua local, transformação da informação em linguagem apropriada a estes grupos.</li> <li>• Para as minorias etnolinguistas haverá consultas específicas no âmbito do IPPF.</li> </ul>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>Sector Privado</li> </ul>	<p>Informar, auscultar, envolver e colaborar</p>	<p>Idioma Oficial (Português)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Notas direcionadas, reuniões colaborativas, fórum de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos.</li> <li>Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, Twiter) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde.</li> <li>Reuniões de trabalho.</li> <li>Rádios comunitárias visitas das estruturas ao local do projecto, capacitações.</li> </ul>	<p>Devido à situação pandémica da COVID 19, será privilegiada a comunicação por via das plataformas virtuais.</p>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociedade Civil.</li> <li>• ONGs e associações do sector de agricultura e pesca.</li> <li>• Órgãos de Comunicação Social</li> <li>• Agentes económicos.</li> </ul>	<p>Informar e Envolver</p>	<p>Idioma Oficial (Português)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, email, workshop de consultas, telefones.</li> <li>• Releases, coletivas de imprensa, visita a área de implementação do projecto.</li> <li>• Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, Workshop de consulta, telefone e reuniões comunitárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Devido a situação pandémica da COVID 19,               <ul style="list-style-type: none"> <li>- serão privilegiadas as plataformas virtuais;</li> <li>- nas reuniões comunitárias será obrigatório o uso de máscaras e a disponibilização de álcool-gel</li> </ul> </li> </ul>

## 5. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

### 5.1 PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- **Abertura e abordagem do ciclo de vida:** as consultas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida do projecto, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- **Participação informada e feedback:** as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado, oportunidades são fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações.
- **Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subprojectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção de métodos de engajamento.
- **Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis:** em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crónicas. Ao planificar o engajamento devem ser tidos em conta:
  - diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta;
  - consultas com consciência de género e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconómicos, classes, grupos étnicos e religiosos. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade das colaboradoras do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres ou grupos minoritários.
- **Compromisso:** demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessadas é reconhecida e posta em prática no início do processo.
- **Integridade:** ocorre quando o engajamento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos.
- **Respeito:** criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afectadas são reconhecidos e tidos em conta.

- **Transparência:** demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta, eficaz e com o conhecimento de todos os intervenientes.
- **Confiança:** alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as diferenças expressas nas crenças, valores e opiniões da comunidade.

Para a interação com cada um dos grupos das PIAs deve considerar-se a seleção de técnicas de engajamento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de engajamento. Antes de qualquer evento de engajamento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de "perguntas e respostas" padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em engajamento anterior, se houver.
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de engajamento.
- Seleção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o engajamento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto.
- Seleção de métodos para engajamento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo).
- Seleção de local e horário para actividades de engajamento, para PIAs, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo.
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de engajamento.

## 5.2 PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA

Dado o contexto atual resultante de medidas implementadas pelo Governo para fazer face à pandemia da COVID-19 e o cronograma em que o projecto está sendo preparado, há oportunidades limitadas disponíveis para envolver e consultar as partes interessadas durante a preparação do projecto. As restrições à realização das reuniões presenciais, restringirão os processos de engajamento das partes interessadas do projecto e exigirão a implementação de métodos inovadores de divulgação e consulta. Dada a ampla gama de PIAs neste projecto, uma estratégia robusta de comunicação e engajamento das partes interessadas envolverá técnicas diversificadas, incluindo as seguintes:

- **Encontros formais:** apresentação de informações do projecto para as PIAs, com vista a captação de opiniões, bem como construção de uma relação aprofundada e impessoal com as PIAs.
- **Consultas públicas:** apresentação de informações do Projecto para um grande grupo de PIAs (de acordo com o permissível), especialmente comunidades directamente afectadas, permitindo que o grupo possa fornecer pontos de vista sobre aspectos do Projecto que constituam preocupação.
- PowerPoint e pósteres (elucidativos para engajamento dos participantes iletrados), responder aos comentários e perguntas de forma mais clara possível e registar as discussões e participações.
- **Reuniões individuais:** com o intuito de buscar opiniões que permitam que as PIAs falem livremente sobre questões delicadas, como por exemplo representatividade das lideranças, violência baseada no género, compensações, entre outros aspectos.
- **Grupos focais de discussão:** partilha de informações sobre o ciclo de vida do projecto e respectivas implicações, bem como discussão sobre os impactos sobre a expropriação, posse e/ou propriedade terras e bens afectados e respectivas medidas de compensação.
- **Folheto sobre o projecto:** constando breve informação específica sobre o Projecto com actualizações regulares, como por exemplo para divulgação e gestão do Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR).
- Uso de correspondências eletrónica e comunicação telefónica e distribuição de informação a funcionários públicos e do governo nacional provincial e distrital pertinentes, de ONGs, organizações / agências pertinentes. Irá também ser usada para cartas formais para convite às PIAs para as reuniões e acompanhamento.
- Outros, como telefone (através de SMS alerta com texto padronizado para o efeito), peças teatrais, cartazes, folhetos e spots de Rádio e TV, em línguas nacionais locais sempre que necessário.

### 5.3 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

Dadas as especificidades destes grupos, as abordagens recomendadas para a divulgação de informações do projecto aos grupos vulneráveis são:

- **Reuniões individuais:** para buscar opiniões que permitam as PIAs falar livremente sobre temas delicados, como representatividade de lideranças, violência baseada no gênero, visão sobre o projecto, impactos específicos a aquele grupo vulnerável, entre outros aspectos
- **Grupos focais:** partilhar informação sobre o Projecto e instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PGP, PGMO) do projecto, sobre o ciclo de vida do projecto e suas implicações (positivas e negativas), partilhando informação sobre a duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais dos diferentes PIAs. Essa metodologia é adequada para engajar grupos vulneráveis, pois representa baixo risco de interferência de outros grupos de PIAs dominantes.
- **Consultas públicas:** os representantes dos grupos vulneráveis têm capacidade de expressar as preocupações dos grupos que representam, mesmo em reuniões públicas, nestes casos o moderador deve encorajar a sua participação nestes processos.
- O estabelecimento de canais de comunicação anônimos pode ajudar grupos vulneráveis a se expressarem livremente.
- Sempre que grupos vulneráveis estiverem organizados em associações, recomenda-se que a divulgação de informações a esses grupos seja feita através da associação, sempre que possível.
- Meios de comunicação social, tais como rádio e televisão, são importantes para a divulgação de informação do projecto, podendo fazer chegar informação aos grupos vulneráveis com dificuldades de mobilidade por várias razões.

#### 5.3.1 Considerações Sobre Gênero nos Processos de Consulta

O projecto deverá continuar a prestar atenção à participação activa das mulheres nos processos de envolvimento e consulta, procurar formas de assegurar que as mulheres se sintam confortáveis para participar. Por exemplo a consulta “culturalmente apropriada” pode significar que as mulheres se sentem mais confortáveis conversando com outras mulheres. As equipes do projecto a trabalhar na comunidade, devem incluir membros do sexo feminino que possam conduzir discussões e entrevistas ou receber reclamações de mulheres quando necessário, assegurar a participação de mais mulheres na sala escolhendo, por exemplo, o horário, data e local convenientes para as mulheres; usar as Organizações Comunitárias de Base (OCB's), predominantemente formadas por mulheres, para incentivarem os seus membros a participar.

Devem ser realizadas reuniões separadas adoptando medidas para criar um local no qual as questões e as preocupações próprias das mulheres sejam levantadas, incluindo a realização de reuniões com grupos de interesse com mulheres, convocar reuniões com mulheres separadas das dos homens. Na Tabela 7 abaixo é apresentada uma abordagem preliminar da estratégia a usar para envolver os grupos vulneráveis.

**Tabela 7:** Estratégia para envolver os grupos vulneráveis

<p><b>PIAs Vulneráveis e Interessadas dos Bairros e Zona Periurbana Desprovidos de Infraestrutura Básica e Pouca Escolaridade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação traduzida para a língua local.</li> <li>• Disseminação da informação através das rádios comunitárias em língua local.</li> <li>• Envolvimento a nível comunitário.</li> <li>• Envolvimento das ONGs locais que trabalham com pessoas vulneráveis ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas.</li> <li>• Peças teatrais.</li> <li>• Discussões em grupos focais com grupos vulneráveis distintos.</li> <li>• Consultas individuais e ao domicílio.</li> </ul>
<p><b>Mulheres, Jovens Mulheres, Adolescentes (Meninas e Meninos), Idosos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MOSAP III deve organizar sessões de consulta separadas (por exemplo, reuniões e discussões em grupos focais) e identificar mulheres como facilitadoras.</li> <li>• Discussões em grupos focais com menores e de género, onde mulheres e meninas e idosas estão à vontade para falar e em horários adequados para eles, após os seus compromissos.</li> <li>• Disponibilização de diferentes formas de comunicação, incluindo associações ou organizações comunitárias de mulheres (caso existam), para se conseguir formar grupos femininos e sensibiliza-las a se expressarem.</li> <li>• O projecto usará várias medidas, incluindo sensibilização, empoderamento da comunidade e prestação de serviços de aconselhamento para abordar as questões de género e VBG entre as</li> </ul>

	<p>mulheres.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultas individuais e ao domicílio.</li> <li>• Uso da língua local.</li> </ul>
<p><b>Pessoas com Deficiência</b></p>	<p>O projecto usará diferentes formas de comunicação para chegar às partes interessadas e afectadas com deficiência.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As informações serão partilhadas através das organizações de apoio às pessoas com deficiência.</li> <li>• Envolvimento das ONGs locais que trabalham com pessoas com deficiência ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas.</li> <li>• Consultas individuais e ao domicílio</li> <li>• Discussões em grupos focais se aplicável</li> <li>• Uso da língua local</li> <li>• Garantir a acessibilidade aos locais de reunião</li> <li>• Garantir a interpretação em Língua Gestual Angolana (LGA) ou em Braille para as pessoas surdas ou cegas, respectivamente.</li> </ul>

### ***Papel da Estrutura Tradicional na Interação com as PIAs***

O papel das estruturas comunitárias da comunidade é fundamental para mobilização das PIAs e divulgação da informação nas comunidades, o MOSAP 3 deve usar diversos métodos de identificação de líderes e seguir sistemas e processos que promovam a responsabilização dos líderes identificados como representantes da comunidade. Essa consideração pode levar em conta o grau de autoridade e legitimidade que têm esses representantes, e verificar se esses indivíduos representam, de fato, os pontos de vista das comunidades afectadas pelo projecto, e se eles facilitam o processo de comunicação de forma adequada e assegurar que transmitem, de forma precisa e oportuna, as informações fornecidas pelo MOSAP 3 às comunidades e os comentários e preocupações de tais comunidades para os Mutuários.

A estrutura comunitária será fundamental no mapeamento das PIAs, divulgação e envolvimento dos indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis a necessidade de preencher as lacunas nas mensagens em relação língua tradicional falada na comunidade entendida de forma mais abrangente pelas pessoas com os níveis de alfabetização mais baixo podem ser acauteladas pela estrutura local, traduzindo.

***Estratégia de Relacionamento com Comunidades – Diálogo Social***

O objectivo é promover a participação dos Bairros abrangidos pelo projecto, favorecendo a discussão de questões de interesse colectivo, com vista a alcançar objectivos comuns e criar mecanismos para considerar diferenças de expectativas e interesses em relação ao projecto nas suas várias fases. Por meio de acções de diálogo social, o MOSAP 3 irá buscar prestar e receber informações. Desta forma, conhecer as preocupações, expectativas e demandas dos diferentes grupos e potencializar os impactos positivos e/ou minimizar impactos adversos, evitando conflitos com as comunidades; esclarecer temores e gestão expectativas. Toda informação obtida nas actividades de relacionamento com a comunidade, nas visitas a comunidade para encontros, estudos e diagnósticos devem ser consideradas no planeamento e execução das acções e estratégias de comunicação.

**Tabela 8:** Estratégia de Relacionamento com as Comunidades

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
<b>Elaboração do QGAS<sup>2</sup> e QPR</b>	Divulgação de informação sobre potenciais impactos ambientais e sociais ligados às actividades de projecto, bem como MRR e Plano de Ação de EAS/AS.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições Governamentais (incluindo o MCTA).</li> <li>Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e sector privado, ONGs e associações.</li> <li>PIAs.</li> <li>Pessoas Vulneráveis.</li> </ul>	Consulta Publica	A reunião deve ser tornada pública <b>15 dias</b> antes da data da sua realização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Documento de Informação de Base de Base do QGAS.</li> <li>Documento de Informação de Base de Base do QPR.</li> <li>Esta informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carta Convite.</li> <li>Jornais de maior circulação do País.</li> <li>Email</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização comunitária.</li> <li>Quadro de aviso nos Bairro.</li> <li>Rádio comunitária.</li> <li>Carta Convite.</li> </ul>	UIP e UPIP

<sup>2</sup>QGAS – Quadro de Gestao Ambiental e Social  
QPR – Quadro de Politicas para o Reassentamento

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
<b>Avaliação do Impacto Ambiental (TdR para o EIA e EPDA)</b>	Apresentação e discussão dos conteúdos do Draft do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e dos Termos de Referência (TdR) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).	Instituições Governamentais	Duas Consultas Públicas	A reunião deve ser tornada pública 15 dias antes da data da sua realização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Draft do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA)</li> <li>Termos de Referência (TdR) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).</li> <li>Apresentação de informação prévia nas reuniões comunitárias</li> <li>Informação deve</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carta convite</li> <li>Jornais de Maior circulação do País.</li> <li>Email.</li> <li>Mobilização comunitária.</li> <li>Quadro de aviso do Bairro.</li> <li>Rádio comunitária.</li> <li>Grupos Focais.</li> <li>Encontros individuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consultor Ambiental</li> <li>UIP e UPIP</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Parceiros de desenvolvimento, sociedade</li> </ul>					

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
		civil e sector privado. • Partes afectadas Projecto. • Pessoas Vulneráveis.			estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião. • Website do MINAGRIP e UIP.		
EIA (Estudo de Impacto Ambiental)	• Primeira consulta de apresentação do draft do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).	• Instituições Governamentais • Parceiros de desenvolvimento	Três Consultas Publicas	A reunião deve ser tornada publica <b>15 dias</b> antes da	• Draft do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). • Versão Final do	• Carta – Convite. • Jornais de Maior circulação do País.	Empresa de Consultoria Contratada para o AIA.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Segunda consulta apresentação da versão do EIA a ser submetida no MCTA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>to, sociedade civil e sector privado.</li> <li>Partes interessadas e afectadas pelo projecto.</li> </ul>		data da sua realização	EIA. <ul style="list-style-type: none"> <li>Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.</li> <li>Apresentação de informação prévia nas reuniões comunitárias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobilização comunitária.</li> <li>Quadro de aviso do Bairro.</li> <li>Rádio comunitária.</li> <li>Grupos Focais.</li> <li>Encontros individuais.</li> </ul>	UIP e UPIP
Plano de Acção do Reassentamento (PAR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Terceira e quarta consultas voltadas a recolha e observações, sugestões ou</li> </ul>	Instituições Governamentais Parceiros de desenvolvimento sociedade civil e	Duas Consultas Publicas	A reunião deve ser tornada publica <b>15 dias</b> antes da	<ul style="list-style-type: none"> <li>Draft do Estudo de Impacto Ambiental (EIA)</li> <li>Versão Final do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carta – Convite.</li> <li>Jornais de Maior circulação do País.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresa de Consultoria Contratada para</li> </ul>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS/ REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
	<p>recomendações em relação ao PAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar os interessados sobre objectivos, pertinência e impacto de Reassentamento.</li> <li>• Discussão de alternativas de reassentamento e compensação.</li> <li>• Firmar acordos com as pessoas afectadas.</li> </ul>	<p>sector privado.</p> <p>Pessoas Afectadas.</p> <p>Pessoas Vulneráveis.</p>	<p>Quatro Consultas Publicas</p>	<p>data da sua realização</p>	<p>EIA</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação de informação prévia nas reuniões comunitárias.</li> <li>• Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização comunitária.</li> <li>• Quadro de aviso do Bairro.</li> <li>• Rádio comunitária.</li> <li>• Carta-Convite.</li> <li>• Grupos Focais.</li> <li>• Encontros individuais.</li> </ul>	<p>elaboração do PAR.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• UIP e UPIP</li> </ul>



**Tabela 9:** Estratégia Proposta para a Divulgação de Informações

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
Preparação do projecto.	Divulgar e informar as partes interessadas e afectadas acerca do projecto e Desenho dos programas Sociais.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>• Notificação pública (rádio, TV, jornal),</li> <li>• Redes sociais.</li> <li>• Email.</li> <li>• WhatsApp, notais direccionadas.</li> </ul>	Antes de início das actividades e estudos de viabilidade do projecto.	UIP e UPIP
	Divulgar QGAS e QPR.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Página Web dos Mutuários e do Banco Mundial.</li> <li>• Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal.</li> <li>• Redes sociais.</li> <li>• Email.</li> <li>• Relatórios disponíveis nas secretarias das comunas.</li> </ul>	Fase preparatória do projecto.	

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
Fase de Implementação	Divulgação do PAR e PGA.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Página Web dos Mutuários e do Banco Mundial.</li> <li>• Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal.</li> <li>• Redes sociais.</li> <li>• Email, rádio comunitária, relatórios disponíveis nas secretarias das comunas.</li> </ul>	Antes do início das obras.	
	Informar sobre início da implementação do projecto.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais.</li> <li>• Notificação pública (rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).</li> <li>• Redes sociais</li> <li>• Email, rádio comunitária, relatórios disponíveis nas secretarias das comunas.</li> <li>• Peças de teatro.</li> </ul>	Antes do início das obras.	

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Partes interessadas e afectadas no geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plataforma de reclamações (linhas verdes, reuniões comunitárias, formulários, SMS, email, contacto directo).</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Trabalhadores directos e contratos no âmbito do MOSAP 3.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Linha Telefónica e correio eletrónico, SMS, contacto directo.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	UIP e UIIP
	Implementação de Plano de Mitigação de riscos de EAS/AS	Pessoas potencialmente afectadas pela Violência Baseada no Género (VBG) e EAS/AS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Linha telefónica para denúncia, SMS, contacto directo.</li> </ul>	Todo ciclo do projecto.	UIP e UIIP
	Monitoria sobre o desenvolvimento da implementação do projecto	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	UIP e UIIP

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Saúde e segurança comunitária.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peças teatrais.</li> <li>• Spots de rádio.</li> <li>• Reuniões comunitárias.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro, UIP e UPIP
	Uso de pessoal de segurança no projecto.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões comunitárias e grupos focais.</li> </ul>	Durante a avaliação de risco de uso da segurança no projecto.	Empreiteiro, UIP e UPIP
	Condições laborais e de segurança.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras. Estrutura local, sector do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de Obra.</li> <li>• Folhetos informativos.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro, Fiscal, UIP e UPIP
	Proteção do Patrimônio Cultural.	Consultar as PIAs, incluindo indivíduos tenham utilizado o património cultural como parte da memória viva e outras PIAs, que podem incluir autoridades reguladoras nacionais ou locais ou ONGs responsáveis pela protecção do património	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local.</li> <li>• Envio notas e pedidos de pareceres.</li> </ul>	Durante o desenho e implementação das actividades.	UIP e UPIP

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
		cultural.			
	Combate ao Trabalho Infantil e EAS/AS - Violência Baseada de Género.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, especial atenção aos grupos vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de Obra.</li> <li>• Folhetos informativos.</li> <li>• Reuniões comunitárias.</li> </ul>	Durante a implementação das actividades	Empreiteiro, Fiscal, UIP e UPIP
	Relacionamento com a comunidade.	Fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões de início de actividades.</li> <li>• Folhetos informativos.</li> <li>• Reuniões comunitárias.</li> </ul>	Início e durante a implementação das actividades	Empreiteiro, Fiscal, UIP e UPIP
	Restrição de Acessos.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, estrutura local, sector dos transportes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação e mobilização da comunidade.</li> <li>• Quadro de avisos.</li> </ul>		Empreiteiro, Fiscal, UIP e UPIP
	Contratação de Mão-de-Obra.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho, estrutura local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação e mobilização da comunidade.</li> </ul>		Empreiteiro, Fiscal, UIP e UPIP

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
<b>FASE DE OPERAÇÃO</b>	Consultas para avaliar se os requisitos do PCAS (Plano de Compromisso Ambiental e social)	Membros da comunidade local afectada e interessada pelo projecto, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, estrutura local, instituições do governo e sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões comunitárias para reporte.</li> <li>• Workshop para informação acerca do ponto de situação da implementação do PCAS.</li> <li>• Resumos não técnicos.</li> </ul>	Anual	UIP e UPIP.
	Informação sobre o fim da implantação e início da operação.	Conselho Municipal, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões comunitárias</li> <li>• Produção de material institucional do projecto pronto para operação (veicular na rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).</li> </ul>	No início da operação.	UIP e UPIP.
	Elaboração do Plano de Comunicação para apoio a operação dos subprojectos.	Conselho Municipal, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• União comunitárias</li> <li>• Produção de material institucional do projecto pronto para operação (veicular na rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).</li> </ul>	No início da operação.	UIP e UPIP

#### **5.4 ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS**

Mecanismos apropriados serão criados para garantir que mulheres, idosos, pessoas com deficiência, grupos etnolinguísticos minoritários e outros grupos vulneráveis participem dos processos consultivos e que as suas opiniões e sugestões sejam tidas em conta na concepção e implementação do Projecto. Para o efeito, além de consultas gerais à comunidade, deverão ser realizadas reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, pois as pessoas em seus grupos de pares tendem a ser mais abertas e francas nas reuniões de consulta exclusivamente limitadas a seus pares.

Por exemplo no caso dos grupos de minorias etnolinguísticas (como os Koisán/San) são definidas várias actividades no Quadro de Políticas de Povos Indígenas (denominadas minorias etnolinguísticas em Angola ou povos historicamente desfavorecidos) para que a sua participação seja efectiva e a sua opinião seja tida em conta, por exemplo caso seja necessária a aquisição de terras que afectem estes grupos, o consentimento livre, prévio e informado será utilizado através de um processo de consulta de acordo com as directrizes da Norma 7, ou a criação de grupos/comitês comunitários em que esses povos participam activamente, em articulação com os sobas, lideranças tradicionais, administrações municipais e comunais. De salientar que as consultas referentes as minorias etnolinguísticas foram realizadas em paralelo com as do PEPI e detalhes referentes aos resultados e estratégias de divulgação podem ser observados no Quadro de Política de Povos Indígenas (QPPI) deste projecto.

É importante ter em conta, no âmbito da SARS- Covid 19, outros métodos de consulta, que não exijam a participação física nas reuniões, como redes sociais, radiodifusão, para garantir que se possa cumprir com os protocolos definidos contra a SARS Covid 19 e também para que os grupos que não podem estar fisicamente presentes nas reuniões possam participar. Uma avaliação social investigará mais necessidades específicas de grupos vulneráveis durante o processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social, e na preparação dos Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos, e o PEPI irá acomodar as mudanças necessárias conforme os resultados das avaliações forem recebidos.

Tendo em vista a promoção da igualdade e equidade de participação de género, deve-se envolver as mulheres em grupos específicos de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Devem ser incentivadas discussões de mulheres expressando as suas preocupações e contribuindo no processo de tomada de decisão em questões diversas tais como subsistência, receptores sensíveis, infraestruturas comunitárias, representatividade, etc., em diferentes fora de discussão, sejam eles comunitários, locais, institucionais, governamentais, entre outros onde existe domínio masculino.

Deverão ser tidas em conta medidas adicionais para permitir a maior participação das mulheres chefes de famílias, tais como: providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participação; assistência/cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade; tradução nas línguas locais e garantir a representatividade deste grupo em reuniões.

## 5.5 APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO

O feedback é essencial no processo de engajamento das partes interessadas. É responsabilidade da equipe dos especialistas do projecto garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente em língua nacional e/ou local e com antecedência e manter uma linha de feedback aberta para as partes interessadas.

Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, de grupos focais, comentários constantes no MRR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa dos especialistas A&S da UIP para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das PIAs e outros intervenientes do Projecto.

Ao nível das UPIPs abrangidos pelo projecto será necessário que os técnicos sejam capacitados continuamente sobre os instrumentos ambientais e sociais e outra informação imprescindível para gestão das PIAs. Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das PIAs deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e feedback das partes interessadas, inclusive por meio do monitoria das redes sociais, percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática, e diálogos directos e consultas.
- Operacionalização do MRR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.
- Garantir que as mudanças nas abordagens de engajamento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o engajamento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.
- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto.
- Estabelecer para o público em geral, canais de mídia identificados e confiáveis, incluindo: mídia de transmissão (televisão e rádio), mídia impressa (jornais, revistas), sites de organizações confiáveis, mídia social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

## **5.6 FASES FUTURAS DO PROJECTO**

O presente PEPI fornece as directrizes gerais para a implementação de engajamentos das PIAs no âmbito do Projecto. Ainda que haja alteração ao longo dos 5 anos de vida do projecto em termos de acomodação de diferentes estratégias de abordagem, de comunicação e consulta por parte da UIP e UPIPS e respectivos técnicos, os princípios orientadores definidos no presente PEPI irão permanecer em vigor. As equipas dos especialistas A&S da UIP e UPIP irão continuamente monitorar a capacidade de gestão da estratégia de engajamento das PIAs procedendo com recomendações e acções estratégicas apropriadas para sua capacitação através de treinamento de actualização e outras estratégias que se fizerem necessárias.

Serão realizadas reuniões de consultas públicas e de engajamento das PIAs durante a divulgação do Projecto bem como na realização de Estudos de Impacto Ambiental, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e Planos de Reassentamento, assim que os subprojectos estiverem claramente definidos. Esta fase será importante para enriquecer o PEPI de acordo com os resultados destas consultas.

Assim, a implementação do PEPI também será monitorada por meio de relatórios mensais, trimestrais e semestrais gerados pela UIP e UPIP, que dentre outros irá incluir o ponto de situação do MRR em vigor no projecto e/ou subprojecto. Um relatório anual sobre o desempenho social do projecto, a implementação do PEPI e os resultados gerais e tratamento do MRR será produzido e informação partilhada ao nível das PIAs.

## 6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI

### 6.1 RECURSOS HUMANOS

No presente PEPI, o MOSAP 3 será responsável pela implementação geral das actividades do projecto, baseando-se na UIP e articulando com as UPIPs do projecto, estes serão responsáveis por documentar o processo, garantindo que seja eficaz e trabalhando com a gestão do projeto para integrar as entradas das partes interessadas no projeto e fornecer feedback sobre as questões levantadas de forma contínua e transparente. O pessoal da UIP, incluirá especialista ambiental e especialista social e de género, e em monitoria e avaliação, estes especialistas darão assistência na implementação do PEPI.

A UIP será responsável pela realização de actividades de engajamento das partes interessadas, enquanto trabalha em estreita colaboração com outras entidades governamentais, bem como com as unidades governamentais locais, os meios de comunicação social, etc. As actividades de engajamento das partes interessadas serão documentadas por meio de relatórios trimestrais que serão partilhados com o Banco Mundial.

**Tabela 10:** Responsabilidades na Gestão do PEPI

ITEM	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
1	Especialistas A&S da UIP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar a implementação do plano de engajamento das partes interessadas.</li> <li>• Assegurar que os grupos vulneráveis são engajados e as suas opiniões e sugestões tidas em conta na tomada de decisão na execução dos subprojectos.</li> <li>• Garantir a coordenação dos especialistas ambientais e sociais de cada UPIP ou de cada subprojecto para que efetivamente coordenem e implementem as actividades que exigem interação intensiva com as PIAs (como por exemplo actividades de consulta pública, actividades de carácter sensível relacionadas com o engajamento em questões como expropriação e aquisição de terras, compensações – nota de data limite, abuso e exploração sexual na implementação de subprojectos, entre outras).</li> <li>• Coordenar a gestão do MRR.</li> <li>• Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de feedback/avaliação de beneficiários para os subprojectos caso seja necessário.</li> <li>• Coordenar a avaliação do PEPI integrando várias categorias de PIAs, e reformular abordagens e actividades</li> </ul>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

		se necessário.
2	Especialistas A&S das UIPs ou de cada subprojecto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar o PEPI a nível local e da comunidade, implementando as abordagens, metodologias e actividades propostas e outras consideradas aplicáveis, e reportar à equipe dos especialistas ambientais e sociais da UIP numa base mensal.</li> <li>• De forma continuada, identificar novas categorias de PIAs e manter a base de dados actualizada, assim como formas de engajamento específicas.</li> <li>• Garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIAs sejam efetivamente compreendidos e aplicados em coordenação com consultores (em caso de EIAs, PARs).</li> <li>• Implementar o Mecanismo de Resolução de Reclamações do projecto a nível local, em coordenação com os consultores contratados, pontos focais institucionais e comunitários, e reportar mensalmente à UIP.</li> <li>• Avaliar a implementação do PEPI a nível local em articulação com diversas categorias de PIAs.</li> </ul>
3	Especialista de Monitoria e Avaliação	Monitorar a implementação do PEPI.
4	Especialista de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar na elaboração e implementação da estratégia de comunicação do PEPI.</li> <li>• Produzir materiais de informação, educação e comunicação sobre o projecto e temas de implementação (MRR, EAS/AS, reassentamento, gestão da terra, etc).</li> </ul>

**6.2 RECURSOS FINANCEIROS**

O MINAGRIP será responsável pela implementação das actividades de engajamento das partes interessadas. E fornecerá todos os recursos necessários para implementação do PEPI. O orçamento estimado para a implementação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas é de USD 320 000.00.

**Tabela 11:** Orçamento para implementação do PEPI

ITEM	ACTIVIDADES CHAVE	QTD	UNIT	ORÇAMENTO TOTAL (USD)
<b>PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b>				
1	Material de comunicação (Cartazes, folhetos, spots de radio, Anúncios nos jornais/rádio/TV /Outdoors)	50	Anúncios	100,000.00
2	Reuniões de consulta (eventos, impressão, coffe break, água, materiais de desgaste, logística da equipa, etc.)	30	Reuniões	75,000.00
3	Reuniões Mensais de Monitoria	25	Reuniões	25 000.00
4	Contingências (5%)	Montante fixo		10,000.00
<b>SUBTOTAL</b>				<b>210,000.00</b>
<b>MECANISMO DE DIÁLOGOS E RECLAMAÇÕES</b>				
	Treinamento/Capacitação			20,000.00
	Linha Verde			40,000.00
	Plataforma de Gestão do MRR			50,000.00
<b>SUBTOTAL</b>				<b>110,000.00</b>
<b>TOTAL</b>				<b>320,000.00</b>

## **7. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES**

Mecanismos de resolução de reclamações são uma maneira de fornecer uma via eficaz para apresentar preocupações e obter soluções para as comunidades, promover um relacionamento mutuamente construtivo e melhorar o alcance dos objectivos de desenvolvimento do projecto. O mecanismo de apresentação e resolução de reclamações a ser seguido neste Projecto está estabelecido no Plano de Engajamento das Partes interessadas e afectadas (PEPI). O mesmo estabelece as etapas a serem seguidas para resolver as reclamações dos afectados, o papel de diferentes intervenientes envolvidos no processo de resolução e prazos para tomar uma decisão sobre reclamações. Os tipos de reclamações que as partes podem levantar incluem, mas não se limitam a:

- Impactos negativos em comunidades ou indivíduos, que podem incluir: perdas financeiras, danos físicos e transtornos causados pelas actividades de construção ou operacionais.
- Riscos de saúde e segurança resultantes da implementação do projecto.
- Impactos negativos no meio ambiente.
- Comportamento inaceitável dos trabalhadores, incluindo violência baseada no género, abuso e exploração sexual e assédio sexual (incluindo o envolvimento de comportamentos sexuais com menores de idade, conforme definido no Código de Conduta do Projecto).

É fundamental que as partes afectadas estejam informadas que todas as reclamações apresentadas, independentemente da fase ou actividade do projecto e do canal usado para o registo das reclamações, serão tratadas por um único mecanismo. Não apenas as pessoas afectadas (PAs) devem poder levantar suas reclamações e receber um atendimento adequado, mas também devem ser encontradas soluções satisfatórias que beneficiem mutuamente os PAs e o projecto. O mecanismo assegura que as PAs tenham acesso aos mecanismos institucionais legítimos, confiáveis, transparentes e eficientes que respondam às suas reclamações sem impactes sobre o reclamante (custo, discriminação, retaliação, etc.) em todas as fases do Projecto (planeamento, implementação e encerramento).

### **7.1 DEFINIÇÕES E PROCEDIMENTOS DE RECLAMAÇÕES**

O mecanismo Resolução de reclamações foi desenvolvido, de forma genérica, aquando da elaboração do Quadro de Gestão Ambiental e Social e do presente PEPI do MOSAP 3. O objetivo do mecanismo é permitir que as sugestões ou reclamações relacionadas ao MOSAP3, sejam resolvidas, em tempo hábil, de modo a satisfazer tanto as partes externas interessadas como os objetivos de implementação do projeto. Referir que o MINAGRIP no âmbito do projecto PDAC, já conta com uma Mecanismos de Resolução de Sugestões e Reclamações que serviu como base para o pre-desenho do presente Mecanismo.

## Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

---

Este mecanismo deverá garantir que reclamações e sugestões sejam abordadas de modo transparente, imparcial e de forma culturalmente aceitável. Não serão contempladas pelo mecanismo as ditas “preocupações” que são definidas como perguntas, solicitações de informações ou percepções não necessariamente relacionadas a um impacto ou incidente específico causado por uma actividade de projeto. As preocupações não serão registadas como sugestões ou reclamações, mas serão geridas por meio do plano de comunicações externas da UIP.

- Reclamação: trata-se de uma expressão de insatisfação relacionada a um impacto causado por uma actividade de projeto, que afectou um indivíduo ou um grupo de indivíduos (por exemplo, problemas relacionados a emissão de poeiras, ruídos ou vibração). Normalmente uma reclamação é de natureza menos grave do que uma queixa.
- Queixa: trata-se de uma reivindicação levantada por um indivíduo ou grupo de indivíduos que foram afetados por uma actividade do projeto de forma negativa. Essa afetação negativa pode ser, na obtenção do seu sustento, em questões de saúde e segurança, no bloqueio de acessos, em comportamentos inaceitáveis por parte de trabalhadores dos projetos (ex. violência de género) bem como no seu património e nas suas normas culturais. Caso uma queixa não seja tratada de maneira eficaz, pode representar um risco para as operações da UIP.

Apesar do nome do mecanismo adoptado não incluir a palavra queixa (por questões de rejeição a essa palavra por parte das comunidades), o instrumento descrito neste documento inclui tanto reclamações quanto queixas, doravante apenas referidas como sugestões e reclamações. As reclamações e sugestões levantadas por indivíduos ou grupos de indivíduos deverão ser geridas de forma transparente e aceitável para todos os segmentos das comunidades afetadas. O mecanismo de reclamações deve ser proporcional aos impactos e riscos apresentados por um projeto e benéfico tanto para um proponente / operador quanto para partes interessadas.

### **7.2 INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO**

Este mecanismo dará um tratamento especial às questões relacionadas com a VBG, principalmente quando se trata de alegações/denúncias sobre Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS), que precisam ser tratadas de forma diferente de outros tipos de queixas.

De acordo com evidências de projetos do Banco Mundial a nível global, apenas uma pequena proporção de sobreviventes relatam, as suas experiências de exploração, abuso sexual, ou assédio sexual a prestadores de serviços formais, porque temem a rejeição, estigmatização e retaliação por parte dos agressores. Diante de tais desafios, não é expectável que sobreviventes e testemunhas se apresentem para relatarem incidentes usando um dos canais convencionais do mecanismo de sugestões e gestão de reclamações, ao nível de projeto.

Neste sentido, para dar voz às potenciais vítimas de Violência Baseada no Género (VBG), o mecanismo terá canais específicos, que permitam espaços para sobreviventes de AES e AS, para estas relatarem as suas experiências e tenham um tratamento seguro, ético e centrado nas vítimas, garantindo a sua segurança e bem-estar.

Sem o prejuízo desses canais específicos, será feito um trabalho de sensibilização e prevenção para as questões de desigualdade de género, de modo a potenciar a igualdade e equidade no acesso aos benefícios do projeto e para prevenir as situações de VBG e EAS/AS.

### **7.3 O MRR E OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO ASSOCIADOS**

O Mecanismo de Resolução de Reclamações permitirá ao MOSAP 3 melhorar o seu desempenho a nível da implementação das salvaguardas ambientais e sociais e da melhoria da qualidade dos projectos. O principal propósito deste mecanismo é registar e resolver qualquer reclamação ou queixa que possa surgir durante as fases de desenho, implementação e operação dos subprojectos inscritos no MOSAP 3.

O MRR está a ser projetado para tratar de preocupações e reclamações de forma imediata e transparente, sem impactos ou custo associados. Pretende-se com o mecanismo, proporcionar uma oportunidade para resolver as sugestões e reclamações ao nível do local de implementação dos subprojectos, tendo sempre em conta as estruturas legais e culturais existentes. Os principais objetivos do MRR são:

- Registar, categorizar e priorizar as reclamações.
- Resolver as reclamações.
- Informar aos interessados sobre as soluções encontradas.
- Encaminhar os casos não resolvidos para as entidades competentes para o efeito. Considerando as estruturas legais e culturais existentes, o mecanismo terá diferentes níveis para o fluxo de informações e a resolução das reclamações.

Os níveis previstos são o nível comunitário (locais de implantação dos projetos), nível provincial (Representantes Provinciais), nível central (UIP) e judiciário. Os detalhes da actuação de cada um desses níveis são descritos abaixo. Em cada um desses níveis previstos, haverá uma presença física dos representantes do MOSAP 3, conforme as descrições abaixo, que receberão as reclamações e darão o devido tratamento. Serão disponibilizados diferentes meios/ canais para recebimento das reclamações. Os canais de receção de sugestões/ reclamações específicas do MOSAP 3, são:

- Caixas de reclamações e formulários correspondentes – Serão disponibilizadas nas administrações municipais e comunais onde os subprojectos do MOSAP 3 serão implementados. Este método de reclamação exige que o reclamante saiba escrever, mas também permite que se mantenha em anonimato, caso seja a sua vontade.
- Linhas telefónicas gratuitas – O MOSAP 3 irá disponibilizar números de telefone gratuitos, que serão divulgados amplamente nas áreas de implementação dos

subprojectos do MOSAP 3. Os utilizadores destas linhas verdes podem também manter-se em anonimato caso assim o desejem.

- Endereços de email e endereços postais – O MOSAP 3 irá fornecer os emails do projecto, dos Representantes Provinciais e dos especialistas ambientais e de riscos sociais e de género, bem como o endereço postal da UIP em Luanda. Os interessados poderão contactar o MOSAP 3 via email ou via correios para emitir as suas sugestões ou reclamações.
- O website do MINAGRIP - Neste momento já está disponível no website, uma ferramenta do mecanismo do PDAC que será adaptada para o MOSAP 3, com um campo de preenchimento de formulários de reclamações ou sugestões. As reclamações feitas através da janela do MRR existente no website, são reencaminhadas para os emails dos especialistas de ambiente e riscos sociais e género.

As reclamações dos trabalhadores terão um protocolo de atendimento diferenciado (tal e como especificado no PGM0).

#### **7.4 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES AO NÍVEL DAS COMUNIDADES**

Espera-se que alguns dos conflitos que possam surgir ao nível das comunidades, sejam resolvidos pelos intervenientes diretos na implementação dos subprojectos, sem o envolvimento das estruturas de gestão do MOSAP 3 ao nível provincial e central. No entanto, no que diz respeito a disputas que incluam conflitos relativos a limites e posse de terras, mesmo em questões desencadeadas indiretamente pelos subprojectos, reclamações directas dos beneficiários, o mecanismo deverá envolver as autoridades municipais e provinciais, elementos da gestão do MOSAP 3 a nível provincial, e, se necessário, representantes do MOSAP 3 a nível central.

Mesmo para os casos em que as questões causadas pelos subprojectos são levantadas e resolvidas pelos intervenientes ao nível comunitário, ou seja, ao nível dos intervenientes diretos na implementação dos subprojectos, é importante que seja estabelecido um mecanismo para relatá-los à UIP Central.

Deste modo a UIP regista todas as reclamações. Sempre que possível, e quando as reclamações não estão relacionadas com questões fundiárias, é preferível que as reclamações e sugestões relacionadas aos subprojectos do MOSAP 3 sejam resolvidas e comunicadas através dos mecanismos comunitários.

Para reclamações relacionadas com as minorias etnolinguísticas, os pontos focais consultarão pelo menos um representante da comunidade desses povos, ou de uma organização comunitária e uma ONG independente com experiência de trabalho com as minorias etnolinguísticas. Nesses casos, o idioma e a cultura apropriados devem ser observados pelos membros do CRR ao se comunicar com as comunidades.

## **7.5 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES AO NÍVEL PROVINCIAL E NACIONAL**

Conforme já referido no subcapítulo referente ao mecanismo comunitário, muitas queixas relacionadas ao projeto são pequenas e específicas do local, podendo ser resolvidas pelo pessoal interveniente diretamente na implementação dos subprojectos. Outras reclamações são mais difíceis, especialmente quando se trata de limites territoriais, afetação negativa de meios de subsistência (produções agrícolas, comércio, etc) ou mal-entendidos sobre acordos de acesso, entre agregados familiares afetados e empreiteiros.

A maioria destes casos não pode ser resolvida imediatamente no local. Espera-se que as atividades previstas na componente infraestrutura originem algumas reclamações, que deverão ser registadas, resolvidas e comunicadas às partes afetadas.

No entanto, muitas das reclamações relacionadas com impactos ambientais resultantes de obras, como emissão de poeiras, ruídos, afetação de acessos, danos ambientais, problemas de segurança e riscos de acidentes, etc, deverão ser recebidas diretamente no local, pela pessoa indigitada pelo MOSAP 3 para o efeito, que juntamente com o Engenheiro Fiscal das empreitadas e o Representante Provincial da UIP, se esforçará para resolvê-los satisfatoriamente no local. Estas reclamações serão todas registadas pelo RP da UIP, que transmitirá ao Especialista Ambiental (EA) e ao Especialista de Riscos Sociais e de Género (ERSG) da UIP Central, juntamente com os seus resultados. Também serão transmitidas, outras reclamações que não forem resolvidas satisfatoriamente, que deverão então ser então assumidas pela UIP Central.

É de referir mais uma vez que caso as reclamações estejam relacionadas a questões de gestão e posse de terras, os representantes locais e provinciais do MOSAP 3 devem imediatamente accionar os especialistas de salvaguardas ambientais e sociais do MOSAP 3.

Caso os reclamantes não consigam uma solução satisfatória, a reclamação deverá ser levada, pelo coordenador, à Comissão Diretiva do MOSAP 3 que terá um período de 30 dias para se pronunciar sobre a solução para o problema. Caso as medidas adotadas pela Comissão Diretiva não sejam satisfatórias para o reclamante, este é livre para levaras suas reclamações à Procuradoria-Geral ou aos tribunais, sendo a decisão judicial, final. O nível judicial deverá ao máximo ser evitado, visto que a resolução destas reclamações ficará fora da alçada do MOSAP 3.

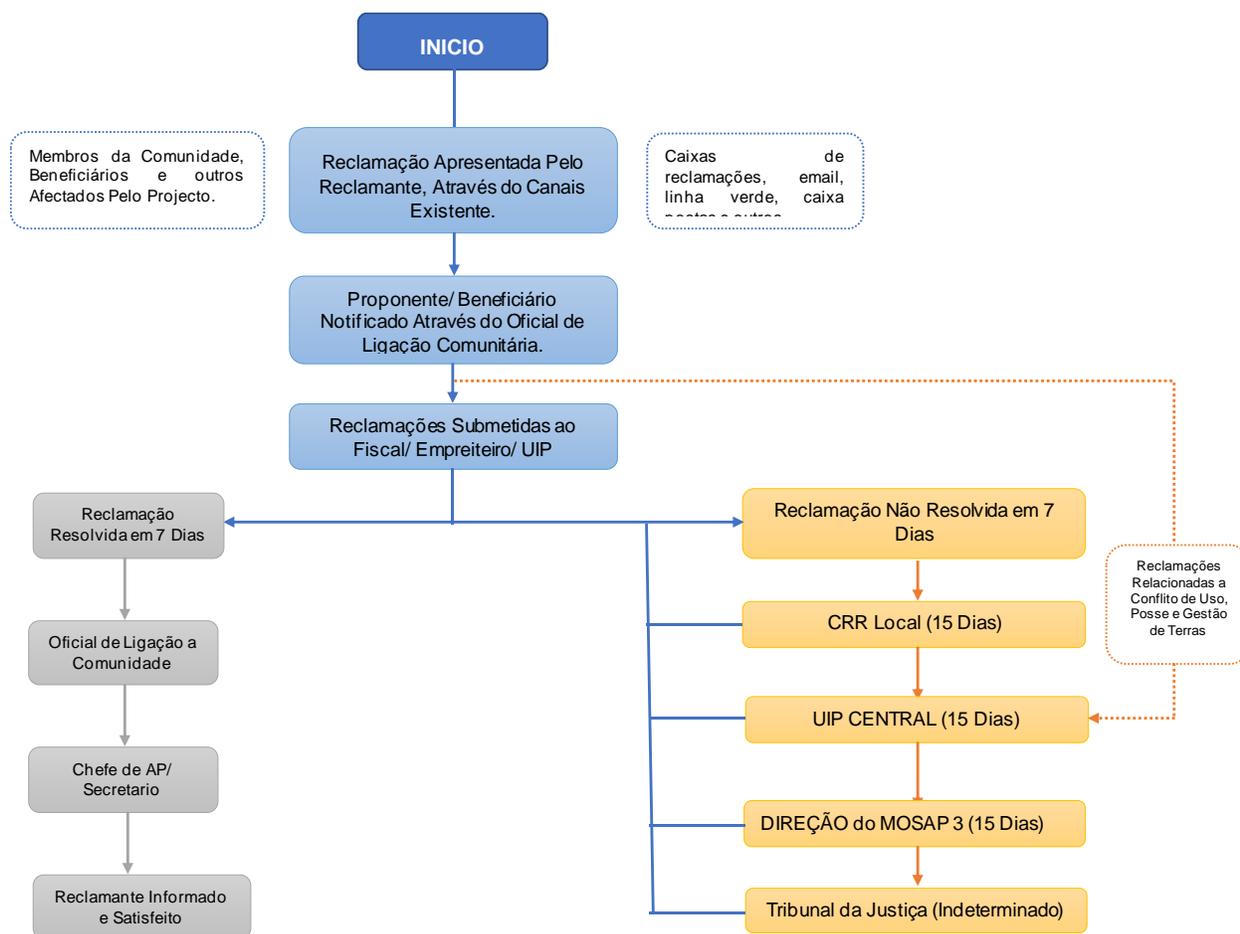
É fundamental que nos locais onde serão implementados os subprojectos, sejam afixadas informações atualizadas sobre os mesmos e que incluam igualmente informações sobre o mecanismo de resolução de reclamações, com destaque para os contactos da pessoa que deve receber e tratar das reclamações e sugestões. A Pessoa de Contacto manterá um Registo de Reclamações com as seguintes informações: i) nome do reclamante e os seus contactos ii) detalhes e natureza da reclamação; iii) data; iv) ações corretivas tomadas em resposta à reclamação. Este registo de reclamações será incluído nos relatórios de progresso UIP Central para o Banco Mundial.

## **7.6 MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES AO NÍVEL JUDICIÁRIO**

A resolução das reclamações ao nível do MOSAP 3 não impede que as pessoas afetadas recorram ao sistema legal. A qualquer momento, o reclamante pode levar o assunto à autoridade legal ou judicial, de acordo com as leis de Angola.

Caso uma reclamação chegue ao nível de resolução do projeto, o Reclamante e o Coordenador da UIP emvidarão todos os esforços para concluir a sua resolução e informar à parte afetada sobre a solução encontrada. Como já referido, caso o assunto não possa ser resolvido, ou o reclamante não estiver satisfeito com o resultado no nível do projeto, o Coordenador da UIP encaminhará a reclamação à Comissão Diretiva para uma resolução. Caso a reclamação não seja resolvida pela Comissão Diretiva, ou o reclamante não fique satisfeito com a solução da CD, este poderá recorrer à Procuradoria-Geral da República ou aos tribunais, conforme previsto na legislação de Angola.

No entanto, é de referir mais uma vez que é preferível que todas as reclamações sejam resolvidas ao nível do MOSAP 3, visto que a decisão dos tribunais independe dos esforços do projecto, pois o sistema judiciário trabalha no seu ritmo próprio, com prazos de resolução de processos independentes e que não coadunam com o ritmo de desenvolvimento das actividades desenvolvidas no âmbito do MOSAP 3.



### 7.7. CANAIS ESPECÍFICOS PARA LIDAR COM AS QUESTÕES DE EAS/AS

O MRR do MOSAP 3 terá de considerar ações, ajustes e canais específicos para lidar com reclamações relacionadas com Abuso e Exploração Sexual (AES) e Assédio Sexual (AS). De acordo com recomendações do último relatório do Banco Mundial para Mecanismos de Reclamação para AES e AS, de Abril de 2020, estes ajustes deverão ser estruturados em 6 etapas, conforme descrição abaixo:

- Etapa 1 – Identificação de canais de entrada confiáveis.

Nesta etapa deverão ser identificados pontos de entrada onde as sobreviventes de AES e AS sentem-se confortáveis e encorajadas a apresentar-se e apresentar as suas denúncias, sempre tendo atenção ao consentimento das mesmas. As mulheres e meninas deverão ser envolvidas neste processo de identificação, que incluirá canais como prestadores de serviços, linhas diretas organizações de mulheres, etc. As pessoas afectas ao Projecto ou que residam nas proximidades e que sejam vítimas de EAS/AS, podem ter apoio psicológico e Jurídico no seguinte:

## Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

---

- Serviços de Investigação Criminal (SIC) despõe de um Departamento de Crimes contra a Pessoa, que atende estes tipos de casos.
  - Salas de Aconselhamento Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, estas salas existem nos Municípios.
  - Organização da Mulher Angolana OMA que também presta Apoio Psicológico e Jurídico.
  - Ou ainda ligar para os números 111, Serviço de denúncia pública; 5- Linha de Apoio as vítimas de Violência 145,146.
  - Se forem crianças podem receber apoio a partir do INAC, Instituto Nacional da Criança, presentes em todos Municípios ou pelo Linha SOS 15015.
  - Por fim existe para envio de SMS a Linha 144 específica para Educação Sexual, e apoio as Vítimas de Violência Baseada no Género.
- Etapa 2 – Avaliação dos recursos disponíveis

A identificação dos canais de entrada deverá ser complementada com a identificação de áreas específicas onde o projeto produz, comparativamente, mais riscos de ocorrência de denúncias sobre VBG e EAS/AS e onde a capacidade de resposta local do mecanismo é baixa ou ausente. Idealmente, deverá ser feita um exercício de avaliação da capacidade de resposta da estrutura montada para o mecanismo na área do projeto para verificar até que ponto esses serviços correspondem padrões internacionais de qualidade (UNFPA 2015). Esta avaliação ainda não foi efectuada, mas está prevista no âmbito do Plano de Prevenção de EAS/AS do MOSAP 3, que será elaborado como consequência da Avaliação de Risco de Género elaborada recentemente no MOSAP 3.

- Etapa 3 - Desenvolver procedimentos operacionais padronizados

A UIP deverá estabelecer um relatório sobre AES e AS, transparente e que tenha um sistema de referência alinhado com os procedimentos do MRR do MOSAP 3, para que as vítimas saibam a quem reportar as suas experiências. Este sistema deverá especificar claramente as componentes envolvidas e os serviços (saúde, segurança, jurídico, psicossocial, etc) que poderão ser facilitados no âmbito da implementação do mecanismo, ao aceitar o encaminhamento feito pelo operador do MRR.

- Etapa 4 – Demonstrar o compromisso da UIP

A UIP deverá produzir e divulgar as suas políticas e procedimentos de reclamações relacionadas com EAS e AS, enquadrando claramente as expectativas de conduta para as equipas relacionadas ao projeto (empreiteiros, subempreiteiros, fiscais, TSP, etc) no que se refere à exploração, abuso sexual e assédio sexual assim como outras violações de conduta. Estes procedimentos devem definir os princípios orientadores do mecanismo de reclamação, apresentar os canais de encaminhamento e os relatórios relacionados. Com o exposto na alinha anterior pretendemos que todos os prestadores de serviço do Projecto tenham comportamentos e condutas que sejam respeitadoras das políticas de salvaguarda do Banco e das leis de Angola. Ainda assim, será elaborado um plano de Mitigação e: prevenção da VBG,

Abuso e Exploração sexual e Assédio Sexual, como forma de proteger e dar voz às comunidades.

- Etapa 5 – Designar claramente tarefas relacionadas a reclamações e formar a equipe

A UIP deve garantir a implementação de um programa de formação direcionado às pessoas que terão contacto com as vítimas de EAS e AS - como autoridades locais, membros das comunidades e outros. Estas formações deverão abordar temas como lidar com estas denúncias, de uma forma empática e não crítica, como lidar com menores que sofrem abusos por parte de adultos, legislação nacional e local relevante, etc. Todos os intervenientes neste processo terão de ser cuidadosamente selecionados e treinados para que possam desempenhar com competência suas funções, principalmente no que tange à interação com as vítimas de VBG. Para o efeito serão envolvidas instituições públicas e da Sociedade civil nomeadamente: o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, MASFAMU, pelo facto deste ser Órgão Público Vocacionado para a defesa e promoção dos Direitos das Mulheres. Dizer que o envolvimento do MASFAMU, será de feito por via dos Gabinetes da Acção Social, Família e Igualdade de Género, bem como Instituto Nacional da Criança provincial, e as organizações da sociedade Civil que lidam com as questões de VBG e que estão nas províncias onde o projecto esta a ser implementado.

- Etapa 6 – Comunicação sobre o MRR

A UIP deve aumentar a consciencialização sobre procedimentos e protocolos específicos que o mecanismo possui para capturar as denúncias sobre AES e AS relacionadas ao projeto, bem como os serviços disponíveis para as vítimas. As seguintes mensagens-chave, devem ser divulgadas para comunidades afetadas pelo projeto: Onde buscar ajuda; O que esperar (informações sobre o processo de reclamação e potenciais resultados); e o que esperar em termos de confidencialidade. Pretende-se contratar uma Empresa que produza o material de comunicação de modo a dar se maior visibilidade ao Plano de Consulta Pública e Mecanismo de Sugestões e Gestão de Reclamações do MOSAP 3.

A planificação e integração destes ajustes e procedimentos, serão da responsabilidade do Especialista em Riscos Sociais e de Género, com o apoio do Especialista de Salvaguardas Ambientais , o Coordenador e a Especialista de Comunicação do MOSAP 3.

## **8. MONITORIA E RELATÓRIOS**

Os especialistas ambientais e sociais do UIP central serão responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e cuja informação será divulgada trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoria do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo deve estar alinhado com os objectivos PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é o de garantir que todas as actividades previstas para o engajamento das PIAS no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto. Os objectivos específicos de monitoria incluem:

#### Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

---

- Garantir que são implementados e controlados os critérios de engajamento das PIAs definidos neste PEPI.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIAs tendo em conta os padrões previstos nas NAS do BM e na legislação angolana aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de PIAs afectadas e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efetividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e engajamento das PIAs.
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de engajamentos.

Monitorar a cumprimento de conformidade dos mecanismos de engajamento com padrões culturais e sociais das PIAs. O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na tabela 9 que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

**Tabela 12:** Indicadores de Monitoria

ACTIVIDADE	INDICADOR	GRAU DE Realização		
		ACEITÁVEL	BOM	MUITO BOM
Encontros de divulgação e mobilização realizados	Número de encontros realizados/Planificados	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de engajamento.	Número de encontros realizados/Planificados.	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90%>
Encontros de EIA/EAS/PGAs dos subprojectos.	Número de encontros realizados/Planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de Elaboração de PARs dos subprojectos.	Número de encontros realizados/Planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Envolvimento dos grupos vulneráveis nos encontros de engajamento.	Número de encontros realizados/Planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Mecanismos de Reclamação.	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no	80-95% do planificado	96-99%	100%

	nível 1.			
	Número de reclamações tratadas no tribunal.	10-20% do planificado	<10%	0%

## **8.1 ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA**

Relatórios trimestrais sobre a implementação do PEPI, incluindo do MRR, serão preparados e pela equipe dos especialistas ambientais e sociais do UIP. As reuniões semestrais serão realizadas pela UIP incluindo as unidades técnicas provinciais e distritais e os representantes das PIAs para discutir, e rever os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas com base nas experiências tidas no terreno. As PIAs terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de engajamento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI para torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de engajamento das partes interessadas (os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias. O monitoria e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIAs são bastante importantes para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir de modo a permitir que alterações aos planos do projecto, cronogramas e as actividades no âmbito do engajamento das PIAs possam ser realizadas e ao mesmo tempo para torná-las mais eficazes. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do engajamento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do PEPI para promover o engajamento efectivo das PIAs.
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com PIAs.
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o engajamento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do QPR e o QGAS.
- Retorno das PIAs em relação ao PEPI deve demonstrar confiança no Projecto.

Em relação a monitoria externa, a UIP irá contratar uma entidade externa para uma revisão operacional independente de monitorias e avaliações da implementação, verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Projecto e, que irá concomitantemente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoria serão compartilhados.

## **8.2 RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS**

O PEPI será periodicamente revisto e atualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI. A seguir estão os requisitos de retorno às PIAS para este PEPI:

- **Relatórios Trimestrais** - A UIP central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de engajamento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e a ser divulgado às partes interessadas, e isso incluirá:
  - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente.
  - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos.
  - Registo e resolução de reclamações referentes ao período e as soluções adoptadas para resolve-las.
  - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI.
  - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto.
- **Relatórios Anuais de Engajamento das Partes Interessadas**. A UIP compilara um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantadas nos processos de engajamento com as PIAs, ponto de situação de resolução de reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.
- **Reportar às Comunidades** - Será responsabilidade das UIP reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
  - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto.
  - Principais conclusões do monitoria anual do PEPI.
  - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los nos websites MINAGRIP e enviar
  - cópias dos relatórios às partes interessadas (nacional, provincial, comitê consultivo local, etc.).
  - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público.
  - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, os média social pelo seu

amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de engajamento das PIAs levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

O MRR constituirá um mecanismo que irá permitir as PIAs, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactes do projecto e dos programas de mitigação definidos. O PGAS irá estabelecer medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais, com respectivo plano para monitoria ambiental e social incluindo relatórios.

## 9. REFERÊNCIAS

African Climate & Development Initiatives, University of Cape Town. (May, 2017). Climate Change and Impacts on Crop Suitability in the Planalto region of Angola.

Amnesty International (2019) “**O fim do paraíso do gado: como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos gambos, Angola**”, Peter Benenson House, 1 Easton Street, Londres WC1X 0DW, Reino Unido

Araújo, I., Dentinho, T., Haddad, E., & Perobelli, F. (2014). Uneven Integration: The Case of Angola. Research Square

Banco Nacional de Angola. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário. [https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista\\_artigos\\_medias.aspx?idc=142&idsc=779&idl=1](https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=142&idsc=779&idl=1)

CESO Development Consultants (March, 2015). Estudo de Mercado sobre Províncias de Angola 2015 - Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla, Luanda e Namibe.

DAR (May 2019) “BITA System IV Water Supply Scheme – Resettlement Policy Framework”, Angola.

Diário da República (Julho 2017) Decreto n.º 58/07 “Regulamento Geral de Concessão de Terrenos”, Luanda, Angola

Diário da República (Abril 2020) Decreto Presidencial n.º 99/20 “Programa Nacional de Normalização Ambiental”, Luanda, Angola.

Diário da República (Abril 2020) Decreto Presidencial n.º 117/20 “Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental”, Luanda, Angola.

FAO/EU et al (2016) “Delimitação Participativa da Terra: Manual para a Delimitação Participativa de Terras Comunitárias em Angola”.

Governo de Angola (Abril, 2018). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Green Climate Fund (November, 2019). Integrated programme to build climate-resilience in the Province of Cunene in South West Angola.

IDA/WB (2017) “Environmental and Social Framework, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433.

Instituto Nacional de Estatística (September, 2014). Resultados Preliminares Do Recenseamento Geral Da População De Angola 2014.

International Finance Corporation, The World Bank (2019). Creating Markets in Angola: Country Private Sector Diagnostic. Opportunities for Development Through the Private Sector.

Joel Almeida Filho (2017) “Os Direitos Fundiários e a Lei de Terras em Angola”.

Jornal de Angola (Maio, 2020) “Decreto Presidencial sobre o COVID-19”, Luanda, Angola.

[https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/AGO](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/AGO)

<https://www.governo.gov.ao/Default.aspx>

<https://furtherafrica.com/2020/03/31/angola-government-prepares-revised-budget-for-2020/>

[file:///C:/Users/Ana.Souto/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20&%20CONTAS%202019%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ana.Souto/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20&%20CONTAS%202019%20(2).pdf)

<http://datatopics.worldbank.org/financialinclusion/country/angola> - The World Bank Financial Inclusion/Global Index

<https://data.worldbank.org/indicator?tab=all>

<https://tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>

<https://www.eia.gov/outlooks/steo/realprices/>

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-05-29/angola-renegotiating-debt-with-main-lenders-president-says>

<https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-angola-debt/update-1-angola-seeking-g20-debt-relief-debt-talks-with-oil-importers-advanced-idUSL8N2DF2OP>

[https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=139&idsc=171&idi=16850&idl=1](https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=139&idsc=171&idi=16850&idl=1)

Ministério de Energia e Águas (Abril 2018) “Quadro de Política de Reassentamento do Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (Financiamento Adicional).

The World Bank, (June, 2020). Angola Poverty Assessment:

United Nations Development Programme (2019). Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century.

UN Children's Fund (March, 2020). UNICEF Angola Humanitarian Situation Report December 2019.

World Bank (March 2020) – Aide Memoire “Restructuring and Preparation of Additional Financing for the Angola Market-Oriented Smallholder Agriculture and Commercialization (P173071/154447)”.

World Bank (July 2020) “Project Paper on Proposed Additional Loan to the Republic of Angola for Smallholder Agriculture Development and Commercialization Project” (QER Version), Agriculture and Food Global Practice, East and Southern Africa Region.

# ANEXOS

## ANEXO 1: MODELO DE FICHA DE REGISTO DE /RECLAMAÇÕES USADO NO ÂMBITO DO PROJECTO



REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA  
PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO AGROPECUÁRIA DE ANGOLA (MOSAP3)  
Projecto Nº177305

### FICHA DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES

1. Número de Referência: \_\_\_\_\_

2. (por exemplo nome da cidade, bairro, iniciais nome Ponto Focal, n.º reclamação – Dundo/Bairro Aeroporto/SM, n.º 1)

3. Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

4. Bairro e Zona: \_\_\_\_\_

Identificação do Reclamante (pode optar pelo anonimato, mas deve deixar contato)

Nome: \_\_\_\_\_,

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Sexo (M/F): \_\_\_\_\_

Profissão/Ocupação: \_\_\_\_\_

Morada (com referência da casa): \_\_\_\_\_

Telefone/Telemóvel: \_\_\_\_\_ E-mail (se tiver): \_\_\_\_\_

Categoria do reclamante:

( ) Pessoa afetada ( ) Intermediário da pessoa afetada. ( ) Instituição local outro (especifique)

A pessoa afetada é funcionário/funcionária do empreiteiro ( ) /fiscalização ( . )

2. Descrição de Reclamação (data e local da ocorrência, ocorrência, partes envolvidas e danos causados) (Anexar qualquer documento relacionado, se houver).

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

Informação sobre a Reclamação (a ser preenchido pela pessoa que recebe a reclamação, pode ser indicado mais do que 1 opção)

#	Tipo de Reclamação	X	#	Tipo de Reclamação	X
1	Perda de terra/lavra/propriedade/bens e formas de sustento.		13	Bloqueio de acesso a rua/estrada/caminho derivado das obras sem aviso prévio.	
2	Abuso de Poder (Trabalhadores ou parceiros solicitam recompensa ao morador pelo trabalho feito/a fazer).		14	Abuso e Exploração Sexual/Assédio Sexual (dos trabalhadores da obra).	
3	Dificuldade no processo de compensação por perda de terra/bens (tempo de espera longo, não satisfeito com a forma de compensação, etc.).		15	Poeira/poluição do ar constante derivado das obras	
4	Falta de informação sobre o projecto ou sobre as obras.		16	Não pagamento de salários e regalias relativas ao direito laboral.	
5	Danos à propriedade (casa, vedação, horta, negócio, etc.).		17	Ruído ou Vibração derivado das obras.	
6	Morador que impede a conduta//obras passar junto a sua casa (não concede autorização).		18	Trabalho infantil (menores de 16 anos).	

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

7	Dificuldade na reposição dos danos á propriedade ou na compensação pelos danos (tempo de espera longo, não satisfeito com a forma de reposição, etc.).	19	Falta de segurança (falta de sinalização, de vedação, de passareira para peões etc.).
8	Mau comportamento dos trabalhadores da obra (álcool, prostituição, desrespeito pela comunidade etc.).	20	Mau trato laboral de trabalhador (abuso, violência psicológica ou física de colegas e/ou patrão).
9	Resíduos/Lixo no local das obras.	21	Odores/cheiro derivados das obras.
10	Falta de acompanhamento das equipas sociais no terreno.	22	Problemas na ligação domiciliária (obra não concluída ou com falhas técnicas).
11	Cortes de água/energia derivados das obras.	23	Vandalização das infraestruturas (condutas / roubo de contadores, roubo de água, etc.).
12	Casa não cadastrada (numa área onde as outras casas foram cadastradas).	24	Obras não concluídas (pavimento/asfalto não foi repostado, etc.).
25	Outra (especifique)		
Há quanto tempo esta situação acontece?			
Quem é a pessoa/organização responsável pela situação/problema/dano:			

Assinatura \_\_\_\_\_ do Reclamante:

Contato do Ponto Focal que recebeu a reclamação: \_\_\_\_\_

4. Nota de Receção (Não Preencher, reservado á fiscalização)

Recebi a presente reclamação no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e contatei o reclamante no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, informando que recebi a reclamação, e que está sob análise e resolução, e que o prazo para informar sobre a resolução será até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura da equipa da fiscalização e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

5. Resultado Final da Resolução da Reclamação

(a ser preenchido equipa social da fiscalização quando o resultado final acordado com o reclamante é conhecido).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Data de Resolução da Reclamação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do reclamante aceitando a solução da reclamação

---

Assinatura da Equipa da Fiscalização

---

Nível de Satisfação do Reclamante com a resolução:

( ) Muito Satisfeito.

( ) Satisfeito

( ) Não Satisfeito ( indicar as razões)

---

---

## **ANEXO 2: FORMULÁRIO DA CONFIRMAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES**

### **Parte 1 - Informações Gerais**

Data do formulário de  
resolução de reclamações  
submetido à Equipa do  
Projecto

Nome completo do reclamante

Área / comunidade

Município/Comuna

Gestor de projectos na área

### **Parte 2 - Detalhes da reclamação**

Por favor, especifique a data  
em que o problema ou  
preocupação surgiu

Por favor, forneça detalhes da  
reclamação / problema /  
preocupação que procura  
resolver

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

### **Parte 3 - Tentativas informais de resolução (por completar pelo reclamante)**

Eu tentei resolver essa  
reclamação  
informalmente

Detalhes de  
tentativas informais  
de resolução

Eu não tentei resolver  
essa reclamação  
informalmente

Razões para não  
tentar buscar uma  
solução informal

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

### **Parte 4 - Solução solicitada (reclamante para completar)**

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

### **Parte 5 - Resultado da resolução de reclamações**

Etapa 1 - Conciliação

Detalhes da resolução proposta

Será que o reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

Etapa 2 - Investigação

Detalhes da resolução proposta

reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

Etapa 3 - Revisão (pelas autoridades locais / distritais e outros delegados para fazê-lo)

Detalhes da resolução proposta

Será que o reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

Etapa 4 - Determinação final pela entidade relevante (autoridades locais / municipais, Gestores do projecto e outros delegados a fazê-lo)

Detalhes da resolução proposta

reclamante concordou com a proposta de resolução?

m

Não

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

**Parte 6 – (por exemplo, ESAS ou outros gestores do projecto para concluir**

Conservado em arquivo  
confidencial por

### **ANEXO 3: ACTAS DA REUNIÃO DAS CONSULTAS**

Neste capítulo serão apresentadas actas das reuniões com detalhes sobre os participantes, data e local de realização da reunião, metodologia e opiniões apresentadas pelos participantes.

#### **REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE CUNENE**

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

● **Informações apresentadas na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

**SOBRE O CONTEÚDO**

● **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

**DETALHES DA REUNIÃO**

**Data e Local da Reunião**

A reunião foi realizada no Município de Cuanhama e Ombandja, no dia 18 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.

**Participantes**

A reunião contou com um total de 28 participantes (26 de sexo masculino e 2 de sexo feminino) no Município de Cuanhama e 55 (35 de sexo masculino e 20 de sexo

	feminino) em Ombandja. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.		
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No dia 18 de Janeiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Cunene (Município de Cuanhama e Ombandja), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte:</li> <li>• Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.</li> <li>• Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.</li> <li>• Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.</li> <li>• Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</li> </ul>			
<b>PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES</b>			
<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

Aires Alberto	Cuanhama	O projecto deve aumentar a divulgação e comunicação através de distribuição de folhetos, fascículos e mais outros materiais que divulgam os mecanismos de implementação, assim como os mecanismos de reclamação para aumentar a transparência	
Cristina Ndapeulau	Cuanhama	A participação da mulher nos encontros de divulgação do projecto durante o período de implementação deve ser aumentado, pois a mulher precisa destes projectos para aumentar a sua participação	
Nicasso Calola	Cuanhama	São praticas recorrentes aqui no país sobre a falta de transparência, principalmente durante o processo de aquisição. Muitos empresários ou provedores de serviço, vejam as suas propostas rejeitadas, devido de os funcionários do projecto facilitarem seus amigos e familiares	

Ernesto Daniel	Cuanhama	Muitas vezes as associações ou cooperativas enfrentam dificuldades de se legalizarem, mesmo que se organizem. Para isso gostaria de saber qual será o papel do MOSAP-3 na legalização das associações e na aquisição de terras?	
Baptista Pedro	Cuanhama	Qual será o mecanismo que o MOSAP-3 poderá usar para evitar o uso de pesticidas sintéticos? Não será contra prudente usar os pesticidas sintéticos numa província onde as alterações climáticas são constantemente um problema?	
Felicidade Jerónimo	Ombandja	O lençol da água esta muito baixo devido da seca. O canal que esta sendo construído pelo governo está longe de Xangongo; qual será a alternativa que o projecto propõe, para nos praticarmos a agricultura?	

Paulo Yinauye	Ombandja	As população do Cunene, principalmente no Xangongo, já não acreditam nestes projectos, porque vem um grupo fala a mesma coisa. Depois o outro também vem falar a mesma coisa, depois já não sei onde está a realidade	
Emília Jamba	Ombandja	Existe escassez de semente aqui no Cunene. Também gostaríamos de saber se as sementes que o projecto vai trazer poderá ou não ser adquiridas aqui no Cunene ou na próxima vizinha Namíbia?	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			



<sup>3</sup> As listas de presença aqui apresentadas omitem dados pessoais por questões de protecção de dados. As listas originais estão custodiadas pela UPI para possíveis verificações requeridas

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS  
 PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA DE ANGOLA (MOSAP3)  
 PROJECTO Nº177305

1. Província: Cunene 2. Município: Cuanhama / O  
 • Data: 18/01/2022 Instituição: Diversas

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Jorge Huidevalle	Participante
02	Adilson da Cruz Zúñiga Paulo	Participante
03	António António Medeiros Gouveia	Participante
04	JOSE MARIA NDKA	Participante - Grande Área Cultor
05	NESIDA LEONARDO HANANJA	Motocista - Projeto SREP
06	Vasíllio Sousa	Relatório RMA
07	António João Gouveia	Assistente Administrativo SREP-UPIP-KINE
08	Paulo Lopes Lourenço Duarte	Assist. H & A - SREP KINE
09	Francisco José Gonçalves	Dir. Munic. Agrícola de Cuanhama - Técnica Agrária
10	João José Mendes	ISA Cunene - Técnico
11	Sebastião Hilitava	I.D.A / Cunene
12	FRANK JESUS AUGUSTO	ISN / CUNENE
13	Miguel António Katiwa	Participante
14	JOÃO KAMBANDA	Presidente
15	Simão Ndeshipamba Mendi-Lid	Director Municipal da Agricultura / Mombasa

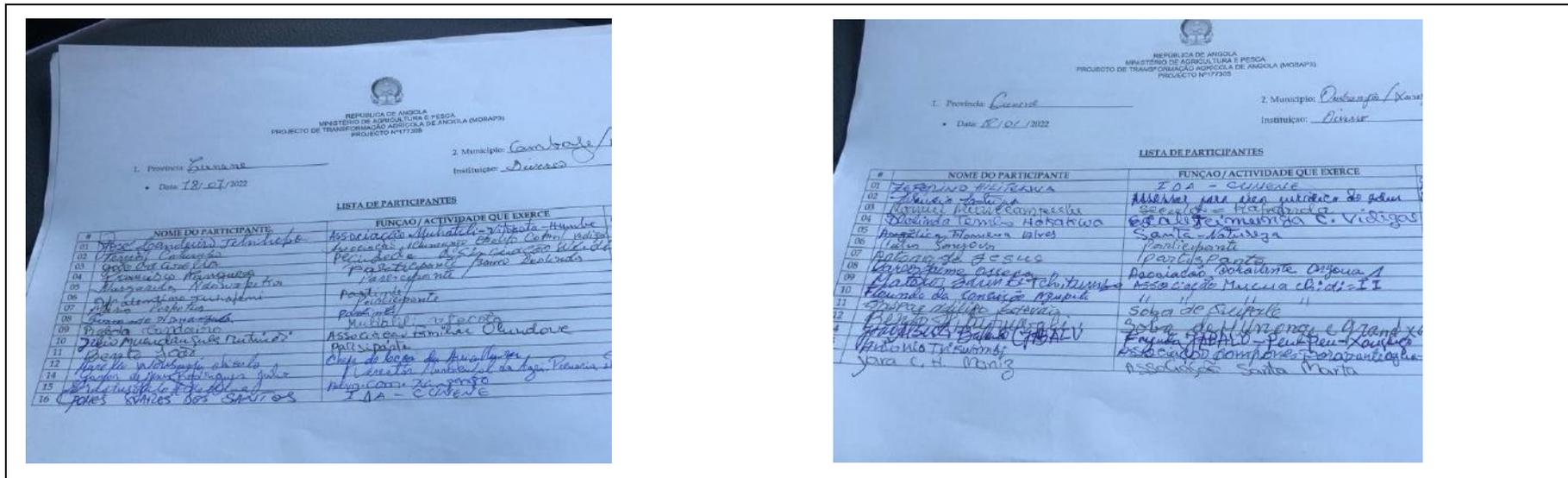
  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS  
 PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA DE ANGOLA (MOSAP3)  
 PROJECTO Nº177305

1. Província: Cunene 2. Município: Cuanhama / O  
 • Data: 18/01/2022 Instituição: Diversas

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Augustinho Fresta	Participante
02	Paulo Teófilo	Emprego F.M.P. Comercial - Gestão de Serviço
03	João Bento	Presidente da Associação de Agricultores
04	António António Medeiros Gouveia	Presidente de União BSSB - Mombasa
05	João António	Representante da Comissão M. Beneficiários
06	João Fernando Chivanda	Presidente da Coop. NANA
07	Paulo António Bimba Bando	Cooperativa Martinho Bando
08	Rafael Teófilo	Presidente da Associação
09	Paulo António Victor	Participante
10	António António Medeiros Gouveia	Participante
11	Samuel Kambanda	Presidente da S.C. de Mombasa
12	Manoel Sávio de Sousa Lobo	Instituto de Aquicultura - ARP
13		
14		
15		

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)



## REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE NAMIBE

### ● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

### ● Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

<b>SOBRE O CONTEÚDO</b>	
<p>● <b>Tema Proposto/ Justificativa:</b></p> <p>Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.</p>	
<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Bibala e Moçâmedes, no dia 19 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 25 participantes (17 de sexo masculino e 8 de sexo masculino) no Município de Bibala e 58 (33 de sexo masculino e 27 feminino) em Moçâmedes. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	

- No dia 19 de Janeiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Namibe (Município de Bimbala e Moçâmedes), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES**

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Conceição Elizete	Moçâmedes	A província do Namibe é rica no feno que cresce na época chuvosa. Porque não haja apoio de colheita e aproveitamento do mesmo para posteriormente acudir a escassez que se verifica?	

Celeste Costa	Moçâmedes	Qual será o papel da mulher durante o processo do financiamento deste projecto pelo Banco Mundial? Será que a mulher só pode se organizar nas associações ou cooperativas para beneficiar o projecto? Que tal aquelas mulheres que tem já projectos definidos e que não querem ser parte das associações?	
José Bonifácio	Moçâmedes	Como será preenchida a percentagem (%) da mulher no projecto? Será que as associações que não conseguirem de atingir esta quota das mulheres não serão beneficiadas?	
Esperança Laurinda	Moçâmedes	O desemprego principalmente para as jovens está cada vez mais alto. As nossas mães nos ensinaram a lavrar a terra. Mesmo assim, não há oportunidades. Agora, qual será a oportunidade que o MOSAP3 traz para os jovens que querem aderir na agricultura visto que as dificuldades são enormes?	

<p>Domingas Luguano</p>	<p>Moçâmedes</p>	<p>As vezes tem havido muito conflito aqui no Namibe entre as tribos que dedicam o pasto e nós os agricultores. Este conflito consiste na introdução dos animais nas lavras por vontade própria dos criadores dos animais; caso este problema não for resolvido, como poderá o agricultor contribuir na associação caso ver as suas culturas dizimadas pelos pastores de gado?</p>	
<p>Francisco Lombe</p>	<p>Bibala</p>	<p>A falta das chuvas no Namibe preocupa os agricultores. Este problema tem como consequência o aumento da fome. Como o poderá o MOSAP3 contribuir para resolver a carência da água?</p>	

Lino Sessa	Bibala	Bibala e bem como outras partes do Namibe não tem experiência de associativismo. Para isso achamos que este modelo de associações e ou cooperativas (família se organizar em grupos) não é viável. Qual será o outro modelo que MOSAP poderá optar para beneficiar as famílias que ainda pretendem trabalhar fora do associativismo?	
Francisco Muepe	Bibala	Temos assistido na província o recrutamento de técnicos para estes projectos de forma muito triste. Pois a modalidade da seleção dos técnicos muitas vezes deixa muito a desejar. Nos da comunidade onde o projecto funciona, podemos ter formação, mas quando o recrutamento dos técnicos chegar, aqueles que venham de longe é que ocupam as posições e nos somos deixados fora. Como MOSAP3 vai evitar estes erros?	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			



**LISTA DE PRESENÇA**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto: Mosap III

1. Província: Namibe 2. Município: Mocimboa do Norte  
 • Data: 19/01/2022 Instituição: Diverso

LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Carla de Almeida	2. da Coop. Agrícola Timpia
02	Manilla Malongo	Associação (cooperativa)
03	Filomena Mays Kusisa	Associação (cooperativa)
04	António Raposo	Associação (cooperativa)
05	António Raposo	Associação (cooperativa)
06	António Raposo	Associação (cooperativa)
07	António Raposo	Associação (cooperativa)
08	António Raposo	Associação (cooperativa)
09	António Raposo	Associação (cooperativa)
10	António Raposo	Associação (cooperativa)
11	António Raposo	Associação (cooperativa)
12	António Raposo	Associação (cooperativa)
13	António Raposo	Associação (cooperativa)
14	António Raposo	Associação (cooperativa)
15	António Raposo	Associação (cooperativa)

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto: Mosap III

1. Província: Namibe 2. Município: Mocimboa do Norte  
 • Data: 19/01/2022 Instituição: Diverso

LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Carla de Almeida	Presidente da Associação
02	Manilla Malongo	Membro da Associação
03	Filomena Mays Kusisa	Membro da Associação
04	António Raposo	Membro da Associação
05	António Raposo	Membro da Associação
06	António Raposo	Membro da Associação
07	António Raposo	Membro da Associação
08	António Raposo	Membro da Associação
09	António Raposo	Membro da Associação
10	António Raposo	Membro da Associação
11	António Raposo	Membro da Associação
12	António Raposo	Membro da Associação
13	António Raposo	Membro da Associação
14	António Raposo	Membro da Associação
15	António Raposo	Membro da Associação

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto: Mosap III

1. Província: Namibe 2. Município: Bilala  
 • Data: 19/01/2022 Instituição: Diverso

LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Manuel Xavier C. DA BR	D. M. Associação
02	Luísa Rebeca Sacala	D. P. D. Namibe
03	Luísa Rebeca Sacala	D. P. D. Bilala
04	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
05	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
06	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
07	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
08	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
09	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
10	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
11	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
12	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
13	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
14	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)
15	Luísa Rebeca Sacala	Associação (cooperativa)

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto: Mosap III

1. Província: Namibe 2. Município: Bilala  
 • Data: 19/01/2022 Instituição: Diverso

LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
02	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
03	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
04	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
05	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
06	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
07	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
08	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
09	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
10	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
11	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
12	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
13	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
14	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal
15	Luísa Rebeca Sacala	Associação da Pesca Municipal

**REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO  
MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE HUILA**

● **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

● **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

**SOBRE O CONTEÚDO**

● **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

**DETALHES DA REUNIÃO**

**Data e Local da Reunião**

A reunião foi realizada no Município de Cacula, no dia 21 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.

**Participantes**

A reunião contou com um total de 50 participantes (34 de sexo masculino e 16 feminino) no Município de Cacula. As reuniões contaram com representantes do sector privado e

				ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>No dia 21 de Janeiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Huila (Município de Cacula), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.</li> <li>Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.</li> <li>Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.</li> <li>Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.</li> <li>Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</li> </ul>				
<b>PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES</b>				
<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>	

Lino João	Cacula	A produção local é milho, feijão. Qual será as outras culturas que o projecto poderá trazer para resolver o problema da fome que se vive aqui no município da Cacula e bem como outros municípios da província?	
Agostinho Matawa	Cacula	Os agricultores produzem, mas durante a venda não tem consideração de pesagem dos produtos. Será que MOSAP3 poderá equipar as comunidades com este conhecimento e com os equipamentos que precisamos para este fim?	
Laurindo Pedro	Cacula	Construção de infraestruturas veterinárias (mangas de vacinação, tanques banheiros) são importantes para o manejo da saúde animal. Entretanto, todas infraestruturas veterinárias andam totalmente destruídas. Será que poderemos ver através do MOSAP3 melhorias na recuperação das infraestruturas veterinário?	

Francisco António Filipe	Cacula	O município do Quilengues falta condições de infraestrutura, partindo da casa dos técnicos (não existe nem sequer apenas um quarto em condições de habitabilidade) e não existe escritório. Poderá o MOSAP3 trabalhar na melhoria das condições dos técnicos naquele município?	
Cláudio dos Santos	Cacula	Qual é o foco de aumento de produção e de produtividade nas zonas do MOSAP3 – produção orgânica ou não?	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			





### REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE BENGUELA

● **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

● **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

<b>SOBRE O CONTEÚDO</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Tema Proposto/ Justificativa:</b> Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.</li></ul>	
<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Benguela, no dia 03 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 86 participantes (52 de sexo masculino e 34 de sexo feminino) no Município de Benguela Sede. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	

- No dia 03 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Benguela (Município de Benguela Sede), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES**

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
-------------	--------------	-------------------	-------------------

<p>Jamiro Baptista</p>	<p>Benguela</p>	<p>Agradecimento por MOSAP3 chegar a Benguela, pois nos fomos fornecedores asidos do MOSAP2 no Huambo e Bié, e temos de facto o testemunho do projecto e a mudança que está a operar nas comunidades. Pedimos, no entanto, que haja transparência no processo de aquisição aqui na província para trabalharmos</p>	
<p>Angolar Jorge</p>	<p>Benguela</p>	<p>Benguela precisa infraestruturas que facilita a contenção dos produtos dos agricultores para refrear a venda dos mesmos, principalmente no período de muita abundância no mercado. Para isso a existência de infraestrutura de armazenamento e de conservação dos diversos produtos produzidos, é muito importante em todos municípios onde MOSAP3 operar</p>	

Carlos Dias	Benguela	Quando é que o município de Dombe Grade, poderá começar a ver este MOSAP3 a chegar, visto que já há vários anos sempre ouvimos falar do MOSAP e as oportunidades nunca nos chegam no município?	
Rosaria Nayenda	Benguela	Representante da cooperativa das mulheres. Gostaríamos que o projecto anuncie claramente os documentos que poderemos tratar para aderir no MOSAP3, pois não queremos ficar de fora destas oportunidades.	
Luísa Casseque	Benguela	Não teremos com o MOSAP3 o mesmo problema de créditos que estamos a ter com os Bancos Comerciais para aquisição de terras para cultivar?	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			



LISTA DE PRESENÇA

  
 REPUBLICA DE ANGOLA  
 MINISTERIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Publica do Projecto:

1. Provincia: Benguela      2. Municipio: Benguela  
 • Data:    /    / 2022      Instituicao: Diversas

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#-	NOME DO PARTICIPANTE	FUNCAO/ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Isabelina Naguell	presidente cooperativa agricola MRE
02	Maria Ivone de Fatima	Cooperativa OSOBSI
03	Madalena Nicas Fernandes	Cooperativa Gale Ferreiros
04	Manuel David Sibelo	Cooperativa Tivassua
05	Fernando KAMBIXE	Cooperativa KAMBIXE
06	Armando Samba banti	Cooperativa KALONUM
07	Selustião Malungo Abujian	Agente economico
08	Santos F. Namue	Supervisor PEPI - IDA/Benguela
09	Orlando Francisco Louinga Mucias	Gabinete Agricultura Pesca e Pesca
10	Leandro Bura	Administrador Municipal de Pesca - AM
11	Alvaro Euzes Maurício Saffora	Chefe de Secção - gestão Pesca
12	João José Filipe Saffora	Área Inovação - gestão Pesca
13	Elizabeth Gonda Zemiselo	Chefe de Departamento T.S.
14	Elisa Junior	participante - Catumbala
15	Turkiso Dumbo Hulico	cooperativa Katumbala

  
 REPUBLICA DE ANGOLA  
 MINISTERIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Publica do Projecto:

1. Provincia: Benguela      2. Municipio: Benguela  
 • Data:    /    / 2022      Instituicao: Diversas

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#-	NOME DO PARTICIPANTE	FUNCAO/ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Maria Yosi Domingos Lisa	Presidente da cooperativa agricola Maria Luzia
02	Afonso DIALAMEIA	Associação de produtores rurais IDA, BGA
03	Fredy Miguel Alfredo	Coordenador do PEPI
04	Justino Simão	Cooperativa Osumbo
05	Miguel André	Membro da cooperativa Osumbo
06	Leandro Chiantucua	Coordenador da VPIP para a zona de Benguela
07	João A. Manuel Adalino de Castro	Cooperativa Chiantucua Tchanka
08	Paulo Aguiar	Coordenador da VPIP SREP - Benguela
09	Juliana Gaspar Gomes	Cooperativa das Mulheres da Comunidade
10	Masalia Kuyula Nhembe	Coop. Mulher Rural Epangalala
11	Dominos Nombela Simoes	Coop. Agrup. EPANGALALA
12	Francisco Vazquez Torres	Presidente cooperativa Nutiula
13	Alvaro José Alvarado	Chefe de Secção de T. D. F. Benguela
14	Maria Antónia Pauli	Cooperativa Agrícola Ombé
15	Paulino Lourenço	Cooperativa Agrup. EYOVOKO

### REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE MALANJE

● **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

● **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

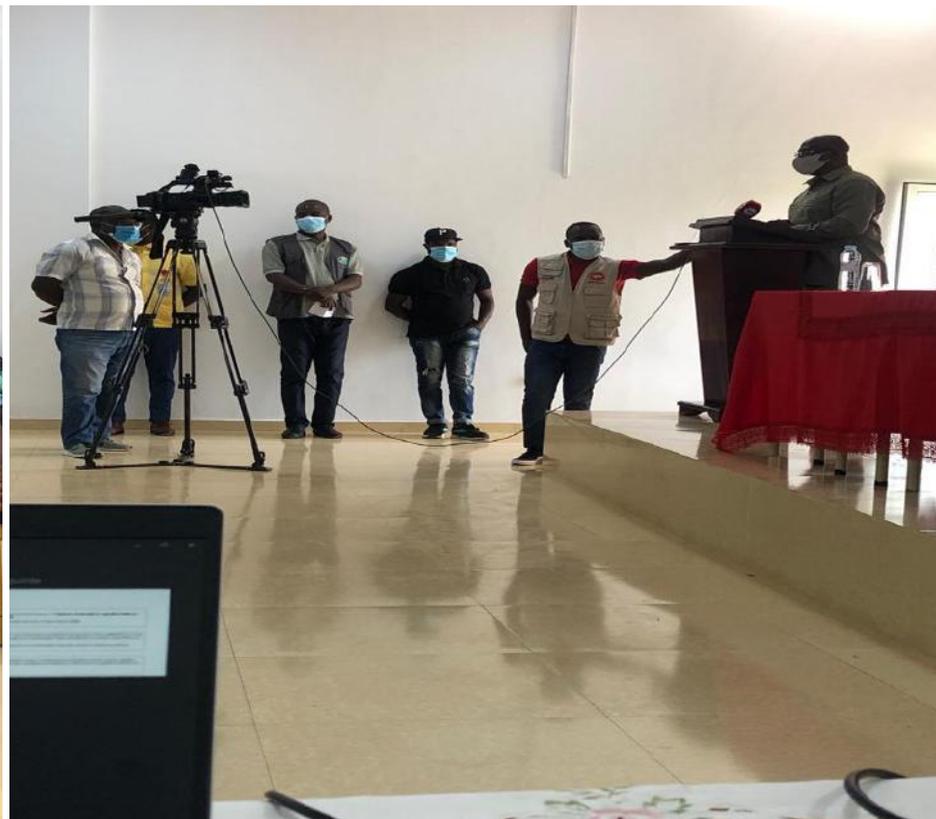
<b>SOBRE O CONTEÚDO</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Tema Proposto/ Justificativa:</b> Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.</li></ul>	
<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Kangadala no dia 01 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 82 participantes (47 de sexo masculino e 25 feminino) no Município de Kangadala Sede. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	

- No dia 01 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Malanje (Município de Kangadala), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES**

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
TBD	Kangadala	TBD	
TBD	Kangadala	TBD	

**FOTOGRAFIAS**



**LISTA DE PRESENÇA**



## REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE BIE

### ● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

### ● Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

## SOBRE O CONTEÚDO

### ● Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Cuito, no dia 08 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 125 participantes (74 de sexo masculino e 51 feminino) no Município de Cuito. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No dia 08 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Bie (Município de Kuito), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.</li> <li>• Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.</li> <li>• Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.</li> <li>• Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.</li> <li>• Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</li> </ul>	
<b>PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES</b>	

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

---

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
TBD	Cuito	TBD	
TBD	Cuito	TBD	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			



**LISTA DE PRESENÇA**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Atribuição de Consulta Pública do Projeto: \_\_\_\_\_

1. Província: Bie 2. Município: Buito

Data: 08/02/2022 Instituição: Quicasa

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#-	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01		
02	João Manuel Estevão	Vice Governador S.T.E.
03	Vicente Francisco N. de Deus	Secretário Geral do Governo (Ministério)
04	João Paulo (M)	
05	Kristina Kanga	
06	Apelo (António)	Apresentador da Cadeia
07	Carla (S)	Directora do GDA de Cadeia
08	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
09	Paulo (S)	Administrador Municipal de Cadeia
10	Elvira (S)	Chefe de Dep. de Cadeia
11		
12	Paulo (S)	Director Municipal de Cadeia
13	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
14	Oliverio NUNES	Chefe do GDA - Quicasa
15	Augusta Satchiana Epalanga	Directora Municipal de Cadeia

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Atribuição de Consulta Pública do Projeto: \_\_\_\_\_

1. Província: Bie 2. Município: Buito

Data: 07/02/2022 Instituição: Quicasa

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#-	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	João Manuel V. Nicolau	Técnico Agrário / Cadeia
02	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
03	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
04	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
05	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
06	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
07	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
08	ALIAS KALEMBE KIKETEZE	Director do GDA Cadeia
09	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
10	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
11	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
12	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
13	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
14	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia
15	Alfonso (S)	Administrador Municipal de Cadeia

## REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE CUANZA SUL

### ● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

### ● Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

<b>SOBRE O CONTEÚDO</b>	
<p>● <b>Tema Proposto/ Justificativa:</b>                      Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.</p>	
<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Uke Seles, no dia 28 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 85 participantes (61 de sexo masculino e 24 de sexo feminino) no Município de Uke Seles. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	

- No dia 28 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Bie (Município de Uke Seles), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactes ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES**

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
TBD	Uke Seles	TBD	
TBD	Uke Seles	TBD	

**FOTOGRAFIAS**



**LISTA DE PRESENÇA**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto: \_\_\_\_\_

1. Província: Kuanza Sul 2. Município: Sela

Data: \_\_\_/\_\_\_/2022 Instituição: Diverso

LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	<u>Jonas Pina</u>	<u>Coordenador Técnico do PEP - LS</u>
02	<u>Felício Manuel Fereguas</u>	<u>Director Municipal Vag. - Sela</u>
03	<u>Adelina KANGUYA</u>	<u>SUPERVISOR PROVINCIAL IDA</u>
04	<u>LUIS SAMBO</u>	<u>Resp. Organização Comunitária Dep. Prov.</u>
05	<u>ANDRÉ DE SOUSA BRITO</u>	<u>CHEFE DE SECÇÃO DA EM - EBP</u>
06	<u>Milani Sambo Pedro da Silva</u>	<u>Director Municipal de Agricultura Quilós</u>
07	<u>Samuel Doozile</u>	<u>Camponês</u>
08	<u>Luís Paulo António Gondala</u>	<u>Director Municipal Agricultura - Camponês</u>
09	<u>Luís Paulo António Gondala</u>	<u>Presidente Direcção da UNICA - C. Sul</u>
10	<u>MARCELO NENGO LA SOZINHO</u>	<u>CHEFE/SECÇÃO/EDA/ Posto Ambalim</u>
11	<u>António José Augusto</u>	<u>Director A.P.D. Posto Ambalim</u>
12	<u>Francisco Nito Manuel da Silva</u>	<u>Dir. A.P.D. Município do Edo</u>
13	<u>João Adalino</u>	<u>Camponês</u>
14	<u>Francisca Joaquim da Silva Cardosa</u>	<u>Dir. M. A.P.D. do Ambalim</u>
15	<u>Vidal Mbele</u>	<u>CHEFE DA EDA - Sela</u>

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto: \_\_\_\_\_

1. Província: Kuanza Sul 2. Município: Sela

Data: \_\_\_/\_\_\_/2022 Instituição: Diverso

LISTA DE PARTICIPANTES

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	<u>Luís Paulo António Gondala</u>	<u>CHEFE DA EDA MUPSONDE</u>
02	<u>Samuel António</u>	<u>CHEFE SECÇÃO EDA - Sumbe</u>
03	<u>Samuel Kaku</u>	<u>Chefe de Secção da Educação e Ensino Sela</u>
04	<u>Geacilma Chieirao</u>	<u>CHEFE DA SECÇÃO EDA/CAAS/ED</u>
05	<u>Vinício A. L. Quimbo</u>	<u>chefe de Sec. Municipal EDA / Quilós</u>
06	<u>Mário Paul Paulo Telca</u>	<u>chefe de secção da EDA - Bibala</u>
07	<u>António Nito Manuel da Silva</u>	<u>do Zambézia Imo, gaidas</u>
08	<u>Dolci Castro</u>	<u>CHEFE DE SECÇÃO DA EDA - Sela</u>
09	<u>Luís Paulo António Gondala</u>	<u>Coordenador de uma escola de Cambe</u>
10	<u>Samuel Fernando</u>	<u>António Augusto facilitador</u>
11	<u>Maria Vitória Samuel</u>	<u>Estimamos <del>uma</del> uma escola de</u>
12	<u>Filomena Mouro</u>	<u>Impedimento e acompanhamento</u>
13	<u>Beatriz Maria</u>	<u>do Povo nos municípios</u>
14	<u>Angela Maceo Samuel</u>	<u>pequenos agricultores</u>
15	<u>Francisco Manuel Pina</u>	<u><del>participante</del> participante</u>

## REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE CUANZA NORTE

### ● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

### ● Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

<b>SOBRE O CONTEÚDO</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>● <b>Tema Proposto/ Justificativa:</b> Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.</li></ul>	
<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Ndalatando, no dia 03 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 19 participantes (17 de sexo masculino e 2 feminino) no Município de Ndalatando. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	

- No dia 28 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Kwanza Norte (Município de Ndalatando), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactes ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

**PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES**

<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
TBD	Ndalatando	TBD	
TBD	Ndalatando	TBD	

**FOTOGRAFIAS**



**LISTA DE PRESENÇA**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

  
**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
 GOVERNO PROVINCIAL DO CUANZA NORTE  
 GABINETE PROVINCIAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA

Nome Completo	Instituição
Gilvino Domingos	BNA - Norte
Valentim Miguel	BNA - C. Norte
Marcelo Manuel	Colheitas Novecentos
Aljo Mateus	Edições Novecentos
Milson Domingos Camuto	TPA - Norte
Francisco Dinda	Rádio Ecclesia

  
**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
 GOVERNO PROVINCIAL DO CUANZA NORTE  
 GABINETE PROVINCIAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA

Nome Completo	Instituição
José Luis Matias	Mosa P II
Manuel Correia Pereira	Governo Provincial
Sebastião António Manuel Santos	Instituto Técnico Agrário
Mateta Agongo	IDA - C. Norte
Valdemiro Afonso Brandão	Cooperativa F.L
Nelson João Afonso	TECNAGRI
João Bartolomeu Zua	Sociedade Agrícola S. Coop
Chadimiro M. Sampaio	Associação Prod. Local
Agostinho Leiria Manuel	ADPP
João Jerónimo Francisco	GAB. PROV. AMBIENTE
Isabel Gonçalves	Angop

## REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE HUAMBO

### ● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

### ● Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

## SOBRE O CONTEÚDO

### ● Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Bailundo, no dia 09 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 75 participantes (57 de sexo masculino e 18 feminino no Município de Bailundo. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No dia 09 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Huambo (Município de Bailundo), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.</li> <li>• Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.</li> <li>• Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactes ambientais e sociais associados ao projecto.</li> <li>• Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.</li> <li>• Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</li> </ul>	

<b>PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES</b>			
<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
TBD	Bailundo	TBD	
TBD	Bailundo	TBD	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			



**LISTA DE PRESENÇA**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto:

1. Província: Suambo

2. Município: Balunda

Instituição: Suambo

Data: 09/02/2022

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Miguel António Mamede	chefe de Secção Técnica e Supervisão - IAD
02	Anaz Vidro	Chefe de secção Agricultura
03	Manuel Manuel Mamede	Técnico do SPAPP
04	Augusto Francisco Henriques	
05	Paulo Valente Lopes	chefe de EDA - Huambo
06	Augusta Minda José Domingos	Director Municipal - Agricultura - Huambo
07	JUNIA FERNANDA P. KASSUNGA	COORDINADORA MUNICIPAL - AORA
08	Maria da Saúde	chefe de EDA Balunda
09	Alcino Maurício Gonalves	chefe de EDA - Balunda
10	Luís António Galvão	chefe de EDA - Balunda
11	Tiago Campinho Tiago	chefe de Departamento INCF - Huambo
12	Valdeciário Mário Silva Figueira	chefe de secção Técnica do INCF
13	Alberto Sousa da Silva	chefe de Departamento de Pesca - IAD
14	Barros Mambi Francisco	Supervisor Junior - World Vision
15	Estevão Mungo Mbambi	Coordenador do projecto World

REPÚBLICA DE ANGOLA  
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA

Ficha de Auscultação de Consulta Pública do Projecto:

1. Província: Suambo

2. Município: Balunda

Instituição: Suambo

Data: 09/02/2022

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO / ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	MATILDO SANTO SAMIMBO	chefe de EDA - Balunda
02	David Godinho Maximiano	Coordenador - S.P.E. - Huambo
03	Venâncio Feliciano Pinheiro	Coordenador - S.P.E. - Huambo
04	Mário de Albuquerque	Director Municipal - Huambo
05	Luís António Galvão	Director Municipal - Huambo
06	Luís António Galvão	Director Municipal - Huambo
07	Adelino Gomes Nóbrega	chefe de EDA - Balunda
08	Guilherme António Engelen	Técnico de EDA - Huambo
09	Luís António Galvão	chefe de EDA - Balunda
10	Luís António Galvão	chefe de EDA - Balunda
11	Luís António Galvão	chefe de EDA - Balunda
12	Luís António Galvão	chefe de EDA - Balunda
13	Luís António Galvão	chefe de EDA - Balunda
14	DANIEL SAMINHAL NUNO	Supervisor de EDA - Balunda
15	Francisco C. Campinho	Supervisor de EDA - Balunda

## REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE CUANDO CUBANGO

### ● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

### ● Informações apresentados na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

## SOBRE O CONTEÚDO

### ● Tema Proposto/ Justificativa:

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

<b>DETALHES DA REUNIÃO</b>	
<b>Data e Local da Reunião</b>	A reunião foi realizada no Município de Menongue, no dia 07 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
<b>Participantes</b>	A reunião contou com um total de 88 participantes (63 de sexo masculino e 25 feminino) no Município de Menongue. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
<b>PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No dia 07 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Cuando Cubango (Município de Menongue), sob coordenação do MINAGRIP (numa primeira fase) e consultor Albino Lambo, na segunda fase. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.</li> <li>• Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.</li> <li>• Num segundo momento, o representante do MINAGRIP fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactes ambientais e sociais associados ao projecto.</li> <li>• Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactes positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.</li> <li>• Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.</li> </ul>	

<b>PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES</b>			
<b>NOME</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMENTÁRIO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
TBD	Menongue	TBD	
TBD	Menongue	TBD	
<b>FOTOGRAFIAS</b>			



**LISTA DE PRESENÇA**

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS

Ficha de Associação de Consulta Pública do Projeto: \_\_\_\_\_  
 1. Província: Cuanzate Sul  
 2. Município: Munimbo  
 3. Instituição: Associação  
 Data: 27/02/2022

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO/ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Miguel de Sá	Município de Munimbo
02	Serafim de Sá	Associação de Agricultores
03	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
04	António António	Associação de Agricultores
05	Gaspar de Sá	Associação de Agricultores
06	Domingos Gomes	Associação de Agricultores
07	Manuel António	Associação de Agricultores
08	António António	Associação de Agricultores
09	Alda Rosa	Associação de Agricultores
10	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
11	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
12	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
13	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
14	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
15	Francisco Gomes	Associação de Agricultores

  
 REPÚBLICA DE ANGOLA  
 MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCAS

Ficha de Associação de Consulta Pública do Projeto: \_\_\_\_\_  
 1. Província: Cuanzate Sul  
 2. Município: Munimbo  
 3. Instituição: Associação  
 Data: 27/02/2022

**LISTA DE PARTICIPANTES**

#	NOME DO PARTICIPANTE	FUNÇÃO/ACTIVIDADE QUE EXERCE
01	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
02	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
03	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
04	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
05	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
06	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
07	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
08	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
09	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
10	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
11	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
12	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
13	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
14	Francisco Gomes	Associação de Agricultores
15	Francisco Gomes	Associação de Agricultores